

Andrés Pablo Salanova
(Universidade de Ottawa, Canadá)

A flexão de terceira pessoa nas línguas Jê*

ABSTRACT: The purpose of this paper is to describe the expression of third person in some of the languages of the Jê language family. We propose a partly synchronic, partly historical analysis of a series of complex morphophonological phenomena that allows them to be unified in an elegant way. This analysis is proposed as an alternative to the most widely adopted analysis of the same data, based on the idea of relational prefixes (Rodrigues 2010). As we show below, there are both empirical and theoretical reasons to discard this category in the study of Jê languages.

KEYWORDS: Mëbengokre (Kayapó) language; Panará (Kreen-akarore) language; Timbira (Canela-Krahô) language; Jê language family; Relational prefixes.

RESUMO: O propósito deste trabalho é descrever a expressão da terceira pessoa em algumas línguas da família Jê. Propomos uma análise, que supomos válida desde um ponto de vista diacrônico, que permite unificar uma série de fatos à primeira vista não relacionados, que ocorrem em várias línguas da família. Nossa análise propõe-se como uma alternativa à análise mais difundida de alguns dos mesmos dados, baseada na noção de prefixos relacionais (Rodrigues 2010). Como veremos abaixo, há motivos tanto empíricos quanto conceituais para abandonar esta categoria de análise no estudo das línguas Jê.

PALAVRAS-CHAVE: Mëbengokre (Kayapó); Panará (Kreen-akarore); Timbira (Canela-Krahô); Jê (família linguística); Prefixos relacionais.

1. INTRODUÇÃO

Uma série de trabalhos sobre línguas das terras baixas da América do Sul ressaltam o alto grau de integração morfológica entre um núcleo e um argumento ou modificador (i.e., entre um verbo transitivo e o seu objeto, um verbo intransitivo e seu sujeito, um substantivo e o seu possuidor, etc.) encontrado nestas línguas; veja-se, por exemplo, Franchetto (2009), em que a integração é apresentada como algo independente do processo que

* O presente trabalho é uma versão reorganizada e ligeiramente ampliada de Salanova (2004), por sua vez uma reapresentação de ideias expostas em Salanova (2001). Uma versão reduzida deste trabalho foi publicada em Salanova (2009). Agradeço aos muitos colegas que ofereceram comentários sobre o que exponho aqui, seja na versão atual ou em versões muito anteriores: Maria Amélia Reis Silva, Eduardo Rivail Ribeiro, Cheryl Zoll, David Embick, Michael Wagner, Jonathan Bobaljik e Maria Luíza Braga. Agradeço também a contribuição de dois leitores anônimos da Revista LIAMES, e a Edson Reis Meira, que contribuíram enormemente a tornar o presente artigo mais fácil de ler. Num estudo como este, ter acesso a uma ampla base de dados léxicos é de suma importância; agradecemos a Vanessa Lea por ter propiciado nossa participação na organização de dados léxicos recolhidos por ela de diversas fontes. Quaisquer erros que permaneçam neste texto são exclusivamente de minha responsabilidade.

discutimos aqui. Um dos aspectos mais evidentes desta integração morfológica é a ocorrência de uma série de modificações à margem esquerda do tema do núcleo, isto é, tendo que a ordem básica na maioria das línguas onde isso acontece é S(O)V, exatamente entre o núcleo e o seu primeiro argumento.¹

Em princípio, os seguintes fatos morfológicos poderiam ser considerados parte deste fenômeno:

(1) Mëbengokre: entre verbos transitivos e objetos

- a. ba tɛp dʒɔɲuwa
 eu peixe flechar
 ‘eu flechei um peixe’

- b. tɛp nẽ ba ɔɲuwa
 peixe PART eu flechar
 ‘eu flechei um peixe’

- c. ba ɔɲuwa
 eu flechar
 ‘eu o flechei’

(2) Mëbengokre: entre possuidores e possuídos

- a. kukoj jamu
 macaco rabo
 ‘rabo de macaco’

- b. kukoj nẽ amu
 macaco PART rabo
 ‘o macaco tem rabo’

- c. amu
 rabo
 ‘rabo dele’

(3) Timbira: entre possuidores e possuídos (Alves 1999)

- a. rɔpti ntɔ
 onça olho
 ‘o olho da onça’

- b. tɔ
 olho
 ‘o olho dele’

¹ De fato, se olharmos para o conjunto das línguas humanas, parece haver uma correlação mais do que casual entre a “integração morfológica” e as estruturas em que um núcleo é precedido pelo seu complemento. Para mais informações, cf. Krott (1999).

(4) Panará: entre possuidores e possuídos (Dourado 1993)

- a. jowptũ ũpa
onça fígado
'fígado da onça'
- b. wɔro ũpa
papagaio fígado
'fígado do papagaio'
- c. ɽpa
fígado
'fígado dele'

(5) Mëbengokre Xikrin: entre verbos e objetos

- a. kɔ kdʒo
pele arrancar
'arrancou a pele'
- b. kudʒo
arrancar
'arrancou-o'

Em todos estes casos, há um tema que sofre uma modificação morfofonológica quando é precedido imediatamente de um argumento ou modificador. A priori, essas modificações poderiam ser analisadas de diversas maneiras. Consideremos algumas possibilidades:

1. Pode tratar-se de processos fonológicos (regulares ou não) cujo domínio de aplicação está condicionado exclusivamente pela estrutura prosódica. Até onde sabemos, a única solução que se aproxima de um tratamento prosódico das alternâncias em questão em uma língua Jê é a de Callow (1962); porém, no final das contas, as definições dos domínios relevantes ao processo feitas por Callow não são inequivocamente prosódicas, senão morfológicas.

2. Pode tratar-se de diferentes reflexos de um morfema de ligação. Há várias formas de implementar esta análise. A mais difundida em alguns estudos recentes de línguas Jê, baseia-se na ideia, adotada inicialmente por Rodrigues (1953) para as línguas Tupi-Guarani, de que as consoantes que alternam no início dos temas são morfemas independentes, chamados "prefixos relacionais", cada um dos quais indicaria uma configuração diferente. Um dos prefixos relacionais marcaria a contiguidade do primeiro argumento com o núcleo, enquanto que outro marcaria a sua não-contiguidade. Para dar conta das diferenças entre a forma dos prefixos relacionais em diversos radicais, os radicais agrupam-se em classes morfológicas arbitrárias, por exemplo, aqueles cujo prefixo relacional é /j/, ou /dʒ/.

A ideia dos “prefixos relacionais” é defendida por Rodrigues (1999, 2010), Dourado (1993), Ferreira (1995), Ribeiro (2004), Cabral e Costa (2004), e é assumida como ponto de partida em muitos outros trabalhos que não lidam diretamente com a questão (Alves 2004, Oliveira 2005, entre outros).²

3. Pode tratar-se de processos morfofonológicos que coocorrem com a prefixação dos morfemas de pessoa. A diferença entre esta abordagem e a anterior é que o que na abordagem com “prefixos relacionais” é um morfema separado do tema flexionado, na análise morfofonológica é parte integrante de tema flexionado, e é transformado por regras morfofonológicas que em princípio teriam que ser motivadas pelas propriedades gerais da fonologia das línguas em questão.

Neste trabalho, defenderemos que a terceira abordagem é a correta para a maioria dos fenômenos apresentados em (1) a (5). O ponto de comparação implícito será sempre a abordagem por “prefixos relacionais”. Neste trabalho não expomos em pormenores esta abordagem. Acreditamos que isto não é necessário, porém, já que por um lado, ela é apresentada nas obras citadas acima; por outro, notamos, não sem um certo pesar, que parece não haver argumentos para defender a existência sincrônica dos “prefixos relacionais” nas línguas Jê. Os trabalhos acima citados limitam-se a apresentar o que ocorre, como fizemos em (1) e (5), e a propor o nome de “prefixos relacionais” ao fenômeno. No final deste trabalho, avaliamos se existem evidências para a existência de “prefixos relacionais” na diacronia.

Poder-se-ia se perguntar, se há várias análises possíveis dos fenômenos em (1) a (5), se esses fenômenos seriam de fato uma classe homogênea: alguns deles poderiam ser analisados como tendo um condicionamento prosódico, enquanto outros poderiam ser condicionados morfológicamente. Para abordar esta questão precisamos observar uma das línguas, o Mëbengokre, em mais detalhe. Na seção 3 apresentamos as nossas conclusões a respeito desse problema.

2. DESCRIÇÃO DOS FATOS ESSENCIAIS

Pelo critério das formas diferentes que tomam os temas dos predicados segundo a contiguidade ou não de seu primeiro argumento, em Mëbengokre precisamos separar as seguintes classes principais:³

² A primeira vez que esta ideia é aplicada ao tronco Macro-Jê parece ser em Rodrigues (1990), trabalho ao qual não tivemos acesso.

³ O leitor atento terá reparado que não falamos aqui sobre o fenômeno apresentado em (5). Não dispomos de dados suficientes para tratar esse caso em particular, que em princípio supomos ser condicionado pela prosódia.

(6) Forma		{jamak} 'orelha'	{puuma} 'temor'	{ʔo} 'pêlo'	{kra} 'filho'
a.	sem argumento contíguo	amak	uma	ʔo	kra
b.	com argumento nominal	jamak	puuma	ʔo	kra
c.	com argumento pronominal	jamak	puuma	jo	kra

Como pode ser visto na tabela acima, há temas invariáveis tais como {kra}, temas que alternam entre uma forma com /puu/ inicial e outra com /u/ inicial, e outros que alternam entre uma forma com /j/ inicial e outra sem. Essa última classe inclui também temas em que o segmento que cai é /dz/, e outros em que é /p/, enquanto que a classe das palavras iniciadas em /puu/ sofre outras irregularidades. Voltaremos a ambos os casos mais abaixo.

Mesmo que à primeira vista pareça necessário distinguir entre os ambientes (b) e (c), devido ao comportamento de palavras tais como {ʔo}, que, ao contrário de {jamak}, não têm /j/ inicial no primeiro contexto, a alternância nesses casos pode ser explicada da maneira seguinte: os prefixos pronominais {i-} 'primeira pessoa' e {a-} 'segunda pessoa' devem ser representados subjacentemente como {ij-} e {aj-}. A consoante final destes morfemas é elidida se o tema que segue começa por qualquer consoante salvo /ʔ/. O /j/ permanece se o tema começa por /ʔ/ ou vogal. Há evidências comparativas para esta análise: em Apinayé, a consoante final dos prefixos pronominais (que nessa língua é uma oclusiva palatal) permanece em todos os contextos.⁴

Em termos de uma descrição superficial, portanto, podemos caracterizar as alternâncias morfológicas vistas acima como sendo condicionadas da mesma maneira que tem sido descrito o condicionamento dos “prefixos relacionais”, isto é, os contextos que determinam o contraste entre as duas formas de um tema são a ausência ou presença do argumento mais próximo, seja este um prefixo pronominal (referencial) ou um sintagma nominal, na posição imediatamente à esquerda do tema. Como se verá abaixo, o que subjaz a alternância é algo diferente da “marcação de contiguidade” que se atribui aos “prefixos relacionais”.

⁴ O leitor poderá perguntar porque esse processo de apagamento não afeta as consoantes finais dos substantivos da mesma forma que os prefixos pronominais. O contraste entre os prefixos e os substantivos pode, no entanto, ser facilmente explicado pelos diferentes domínios que estes ocupam: enquanto que os prefixos pronominais carecem de acento próprio, e formam com os temas que os seguem uma única palavra prosódica. Os substantivos, apesar de seu alto grau de integração ao predicado que segue, são palavras prosódicas distintas destes. Vários processos fonológicos que se aplicam no interior de uma palavra (e entre uma palavra e elementos enclíticos) não se aplicam entre palavras, mesmo que se trate da unidade núcleo-complemento tematizada neste trabalho. Este é um tema sumamente interessante, ao qual não podemos dedicar muito espaço aqui.

3. MORFOLOGIA VERSUS PROSÓDIA

É bem possível que a nota 4 tenha chamado a atenção do leitor, levando-o a indagar o seguinte: se uma parte do observado na tabela (6) pode ser explicado pela aplicação cíclica de regras fonológicas em diversos domínios prosódicos, não seria ideal tratar todo o fenômeno como sendo condicionado pela estrutura prosódica? Isto é, não poderíamos considerar as alternâncias observadas acima como similares ao que acontece no conhecido processo de *liaison* em francês, em que muitos temas exibem uma consoante adicional em certos contextos?

- (7) a. grã ‘grande’
 b. grãt ami ‘grande amigo’
- (8) a. tɾo ‘demais’
 b. tɾop amukø ‘apaixonado demais’
- (9) a. mefã ‘mau’
 b. mefãt ami ‘amigo mau’

A condição para que ocorra a elisão da consoante, se assumirmos que a consoante adicional é parte do tema, é similar a aquela que determina a queda da consoante inicial dos temas nas línguas Jê: não ser seguido de um outro elemento dentro de um determinado domínio prosódico. Ao contrário, quando há um elemento à direita que faz parte do mesmo domínio, a consoante é preservada. A única coisa que muda com respeito ao Mëbengokre é que nesta última língua os fenômenos se passam no início da palavra, e não no final como em francês.

Suponhamos então que há um domínio prosódico que inclui o predicado e o seu primeiro argumento, e que, se há material fonológico presente à esquerda do predicado dentro deste mesmo domínio, o predicado mantém a consoante inicial, enquanto que ele a perde quando é inicial no domínio prosódico.

Esta abordagem cria alguns problemas. Nos dados seguintes, contrasta-se o comportamento esperado, exemplificado em (10a-i), em que o /j/ inicial está presente sempre que há material fonológico à esquerda, com o que ocorre em (10j, k):

- (10) a. amak ‘orelha dele’
 b. ijamak ‘orelha minha’
 c. ajamak ‘orelha tua’
 d. pĩ jamak ‘orelha de árvore (tipo de fungo)’
 e. ar ijamak ‘orelha(s) nossa(s) (grupo pequeno, ouvinte excluído)’
 f. gu bajamak ‘orelha(s) de nós dois (ouvinte incluído)’
 g. guaj bajamak ‘orelha(s) nossa(s) (grupo pequeno, ouvinte incluído)’
 h. ar ajamak ‘orelha(s) de vocês (grupo pequeno)’
 i. mẽ ijamak ‘orelha nossa (grupo grande)’
 j. ar amak ‘orelha deles (grupo pequeno)’
 k. mẽ amak ‘orelha deles (grupo grande)’

As partículas {mẽ} e {ar} indicam o plural de um sintagma nominal. Nos dados (10j, k), observa-se que “orelha” aparece na forma que toma quando o complemento está ausente, mesmo que as partículas sejam o complemento. Para fazer funcionar uma análise prosódica, estas partículas teriam que ser consideradas como estando fora do domínio que acabamos de definir. Isto, porém, iria em contra do fato de que a partícula de número é em princípio parte do sintagma nominal que representa o possuidor; veja-se, v.g., Wiesemann (1986), para quem as partículas de número são consideradas parte integrante dos pronomes, e, em particular, {mẽ} e {ar} são tidos como pronomes de terceira pessoa plural e paucal, respectivamente. Do ponto de vista fonológico, as partículas de número estão tão integradas à palavra à sua direita quanto qualquer outro sintagma nominal. Em suma, sem considerarmos que a questão está fechada, apontamos que é muito mais simples, tendo em vista estes fatos, dizer que é a morfologia de terceira pessoa, e não a prosódia, a que provoca a aférese do /j/ inicial.

Um problema mais importante para a solução prosódica é que as alternâncias em questão são uma propriedade exclusiva das palavras que apresentam argumentos.⁵ Se o fenômeno fosse puramente fonológico, esperaríamos que palavras que não tomam argumentos, i. e., nomes alienáveis, entre outras, sofressem também a elisão das consoantes iniciais em certos contextos, ou em todos: se o processo que relaciona /jamak/ e /amak/ é um processo de queda fonológica da consoante inicial que se aplica às palavras iniciadas em /j/, esperaríamos não encontrar palavras iniciadas em /j/ nas quais esta consoante fosse estável, independentemente do ambiente fonológico em que se encontra. Isso não é o que acontece:

- (11) a. jʌt ‘batata doce’
 b. ba jʌt kre ‘plantei batata doce’

Concluimos que as alternâncias são condicionadas diretamente pela morfologia. Voltaremos a este problema na seção 6.4 onde discutimos em detalhes um exemplo no qual se põe em evidência um contraste importante nas predições de uma solução prosódica versus uma solução morfológica.

4. ONDE ESTÁ O MORFEMA?

Tendo concluído que não é possível dar uma solução prosódica ao fenômeno da elisão, estamos obrigados a aceitar que as formas dos temas que são usados quando não há um complemento (“isoladas”) e aquelas que são usadas quando há complemento (“associadas”) diferem na sua estrutura morfológica. Há pelo menos três caminhos possíveis a seguir: (a) uma análise em que ambas as formas dos temas, as “isoladas” e “associadas”, são morfológicamente complexas; (b) uma em que a forma “isolada” é morfológicamente complexa, enquanto que a “associada” é simplesmente o tema, e

⁵ Mais especificamente, argumentos no caso absolutivo ou genitivo. Daremos mais detalhes sobre esta questão abaixo.

finalmente (c) uma análise em que a forma “associada” é morfologicamente complexa, e a “isolada” morfologicamente simples. Mostramos isso de maneira sintética no quadro seguinte. Para fins ilustrativos, utilizamos um exemplo do Panará:

- (12) a. jɔwpi jakoa
 onça boca
 ‘boca da onça’
- b. sakoa
 boca
 ‘boca (dele)’

(13) Forma ↓	Análise →	(a)	(b)	(c)
“isolada”	sakoa	s-akoa	s-(j)akoa	sakoa
“associada”	jakoa	j-akoa	jakoa	j-(s)akoa

Como vemos, tanto (b) como (c) exigiriam alguns ajustes, além de afixação em *si*. A queda de /j/ em (b) ou /s/ em (c), poderia ser o efeito de uma regra morfofonológica. Uma outra possibilidade é que, de fato, se trata de um processo morfológico não concatenativo ou “processual”, por exemplo lenição da consoante inicial, no lugar de uma simples afixação. O que a morfo(fono)logia faz, se é complexo ou não, ou se está ou não motivado pelas demais regras da língua, é uma questão independente da questão de onde está o afixo. Neste primeiro momento, o que queremos é saber como escolher entre as três possibilidades, independentemente das complexidades morfo(fono)lógicas que se observem na superfície. Voltaremos a essas complexidades mais adiante.

Em princípio, a análise (a) implica as outras duas, e só deve ser escolhida em último caso, se ambas as outras possibilidades fracassarem, e houver, portanto, evidência que tanto a forma “isolada” quanto a “associada” são morfologicamente complexas. Se optarmos por (b), a forma “isolada” terá um morfema que a forma “associada” não tem. Se escolhermos (c) a forma “associada” terá um morfema que a forma “isolada” não tem. Se quisermos dar um pouco mais de substância a esse morfema, veremos que no caso de (c) seria um morfema de ligação exigido em configurações em que o núcleo é precedido pelo seu primeiro argumento. Isto é, teríamos a análise dos “prefixos relacionais”, descrita acima. Se escolhermos (b), talvez não fique claro a natureza desse morfema. No entanto, é possível começar nossa argumentação sem mesmo precisar desta aclaração, mostrando que a consoante que aparece na forma “associada” dos núcleos *tem* que fazer parte do tema.

Antes disso, transfiramos o que dissemos sobre o Panará ao caso do Mëbengokre, pois é sobre essa língua que se fundamenta a nossa argumentação nas próximas seções:

(14) Forma ↓	Análise →	(a)	(b)	(c)	(a)	(b)	(c)
“isolada” (uma, amak)		ϕ-uma	ϕ+puma	uma	ϕ-amak	ϕ+jamak	amak
“associada” (puma, jamak)		p-uma	puma	p+uma	j-amak	jamak	j-amak

Vê-se aqui que há novas complicações morfofonológicas, pois no caso de (b), a prefixação implica a queda de uma consoante, e no caso de (a) e (c) uma mudança na qualidade da vogal de {puma}. Novamente, insistimos em que isso não muda a essência da análise, contanto que as regras morfofonológicas envolvidas possam ser justificadas de maneira independente.

Os argumentos que apresentamos a seguir para afirmar que a consoante em questão faz parte do tema têm todos a mesma forma: a consoante que seria o “prefixo relacional” aparece em lugares onde ela não tem o que “relacionar”. Se observarmos a consoante de uma outra perspectiva, isto é, se considerarmos que ela faz parte do tema e cai em certos contextos específicos, i. e, se adotarmos a análise (b), constataremos que ela nunca cai em contextos inesperados. A conclusão é que não só faz sentido morfológico pensar que um morfema é acrescentado quando o tema se encontra na sua forma “isolada”, mas também que esse morfema se encaixa perfeitamente com o funcionamento da flexão pronominal de terceira pessoa na língua.

4.1. As consoantes de ligação aparecem após prefixos derivacionais

Há vários casos em que morfemas derivacionais, tais como o anticausativo {bi-} e os antipassivos {dʒʌ-} e {dʒu-}, aparecem prefixados ao tema. Nesses casos, o tema aparece em sua forma “associada”, isto é, com a consoante de ligação. Os dados seguintes exemplificam isso (é possível aqui observar dois processos morfofonológicos, de fortalecimento de /j/ e síncope de /w/, que não deveriam nos distrair do ponto principal):

(15) Formação de verbos intransitivos

- | | | |
|---|---|---|
| a. /bi/ + /kamẽj/ ‘arrastar’
(cf. /kamẽj/ ‘ele foi arrastado’) | → | /bikamẽj/ ‘se arrastar’ |
| b. /bi/ + /jadʒwɣɾ/ ‘colocar (para baixo)’
(cf. /adʒwɣɾ/ ‘ele foi colocado’) | → | /bitʃadʒwɣɾ/ ‘descer’ |
| c. /bi/ + /jaer/ ‘assustar’
(cf. /aer/ ‘ele foi assustado’) | → | /bitʃaer/ ‘fazer brincadeiras’ |
| d. /bi/ + /jabjer/ ‘procurar’
(cf. /abjer/ ‘ele foi procurado’) | → | /bitʃabjer/ ‘correr de um lado a outro’ |
| e. /dʒʌ/ + /puɾʌɾ/ ‘proteger’
(cf. /uɾʌɾ/ ‘ele foi protegido’) | → | /dʒʌptʌɾ/ ‘impedir o acesso’ |

A presença destas consoantes aqui é um problema em potencial quando se diz que elas são uma flexão indicadora da contiguidade do primeiro argumento, mas é a situação esperada se as consoantes fazem parte do tema do predicado.

4.2. As consoantes de ligação aparecem em temas não flexionados

Chamamos a atenção para uma generalização importante acerca da forma dos itens do léxico do Mëbengokre: há muitos temas que não apresentam argumento que comecem pelas consoantes /j/, /dʒ/, /ɲ/, e /p(u)/ sem jamais sofrer aférese:

- | | | | |
|------|----|------|-----------------------|
| (16) | a. | pur | ‘roça’ |
| | b. | puka | ‘terra’ |
| | c. | dʒwɣ | ‘farinha de mandioca’ |
| | d. | ɲuɲ | ‘beija-flor’ |
| | e. | ʃat | ‘batata doce’ |

No entanto, não há praticamente nenhum tema flexionável, i.e., que apresente um argumento “interno”, que comece com estas consoantes no qual a consoante inicial não sofra aférese em certos contextos.⁶

O fato que apontamos é em si bastante sugestivo de um processo de aférese, já que de outro modo haveria uma lacuna na forma fonológica dos temas que não é explicada pelas restrições fonotáticas da língua. Mais sugestivo ainda, porém, é o fato de que há alguns casos de palavras que têm variantes flexionáveis e não flexionáveis, nas quais é evidente a estabilidade da consoante inicial na forma não flexionável, em contraposição a sua instabilidade na forma flexionável. Estes casos caem em três grupos: substantivos que variam entre posse alienável e inalienável, nomes próprios formados com substantivos inalienáveis, e verbos intransitivos que apresentam duas formas, uma flexionável e outra não. Exploramos estas a seguir.

Substantivos alienáveis e inalienáveis. A maioria dos substantivos em Mëbengokre pode ser classificada entre aqueles que são de posse alienável e aqueles que são de posse inalienável; estes últimos recebem flexão de pessoa que corresponde ao possuidor, enquanto que nos primeiros o possuidor é marcado opcionalmente mediante uma posposição especializada. Um pequeno conjunto de substantivos pode pertencer a ambas as classes. Como pode ser visto no contraste entre (17a) e (17b), se o substantivo em questão começa por /dʒ/, o /dʒ/ inicial é estável na forma não flexionável, enquanto que cai em determinados contextos na forma flexionável.

⁶ Em de Sá Amado (2008), dá-se como único exemplo a palavra {tʃet}, em Timbira, que, como em Mëbengokre, nunca é /het/ ou /et/, apesar de começar com consoante palatal. Para nós, não está claro que {tʃet} seja uma palavra flexionável, mas a questão deveria ser investigada.

Por outro lado, Ferreira (1995) sugere, partindo do suposto de que as consoantes em questão são inseridas e não truncadas, que estas só são acrescentadas a temas iniciados por vogal, apresentando portanto uma generalização inversa à que apresentamos aqui. Porém, existem vários temas flexionáveis que comecem com vogal, e nos quais as consoantes em questão não são inseridas, p. ex. /õtʃ/ ‘irmã’, /ɔ/ ‘com’.

- (17) a. (ɨŋõ) dʒudʒe ‘(meu) arco (possuído de forma alienável, ou não possuído)’
 b. udʒe ‘a arma dele (possuído de forma inalienável)’
 c. idʒudʒe ‘minha arma’

Os nomes de pessoa. Os nomes de pessoa em Mëbengokre são formados com frequência por palavras que designam partes do corpo e outros substantivos inalienáveis. O que é interessante notar é que quando estes substantivos aparecem nos nomes de pessoa, eles não estão sujeitos a aférese:⁷

- (18) a. ɲĩakre kam pĩ ‘pau no nariz (ɲĩakre)’
 b. ɲõ mrure ‘dono de (ɲõ) animais’
 c. jamu biŋĩŋ ‘rabo (jambu) enrolado’
 d. dʒe tire ‘grande adorno (dʒe)’

Podemos nos perguntar porque isso acontece. Uma explicação plausível é que nestes casos os nomes em questão não recebem flexão, pois não têm um possuidor específico, e em Mëbengokre, a marca de terceira pessoa não costuma ter uma interpretação genérica. Qualquer que seja a explicação exata do fenômeno, no entanto, é evidente que fica cada vez mais difícil caracterizar o contexto de inserção destas consoantes, se optarmos por uma análise deste tipo.

Verbos intransitivos finitos. Como o Mëbengokre tem um sistema de ergatividade cindida e só os argumentos absolutivos e acusativos são marcados através de flexão no verbo, os verbos intransitivos não recebem flexão quando aparecem numa oração que segue o padrão nominativo-acusativo.⁸ Portanto, nos verbos intransitivos que começam com uma das consoantes em questão, observamos que na forma utilizada em orações nominativo-acusativas (nas quais o argumento único é nominativo) a consoante é estável, enquanto que na forma utilizada em orações ergativo-absolutivas (nas quais o argumento único é absolutivo, e, portanto indicado mediante flexão no verbo) esta consoante cai em certos contextos.

- (19) a. ɲũ ‘sentar-se (forma finita; usada com todas as pessoas)’
 b. ɨɲũr ‘eu me sento (forma não finita)’
 c. ũr ‘ele se senta (forma não finita)’
- (20) a. dʒa ‘estar em pé (forma finita)’
 b. idʒam ‘estou em pé (forma não finita)’
 c. am ‘está em pé (forma não finita)’

⁷ Numa base de dados com 1800 nomes próprios, que nos foi fornecido pela Dra. Vanessa Lea, praticamente todos os nomes próprios que contém termos para partes do corpo iniciados por consoantes palatais não sofrem aférese, com apenas três exceções possíveis.

⁸ Para uma discussão mais detalhada da ergatividade cindida do Mëbengokre, cf. Reis Silva (2001), Salanova (2007, 2008).

Novamente, dados como estes representam um problema para análise em que a consoante em questão é um morfema de ligação inserido, já que o contexto para inserção da consoante não existe em casos como (19a) e (20a), mas é uma consequência natural de uma análise em que as consoantes em questão são parte do tema.

Em suma, nos três casos que examinamos acima, uma consoante aparece na forma não flexionada de um tema, em um ambiente onde sua inserção como morfema de ligação (i.e., prefixo relacional) não seria motivada pela contiguidade de um argumento à esquerda. Se a alternância entre formas com e sem consoante resulta da inserção de uma consoante, a descrição do contexto de inserção precisa de uma disjunção complexa: “inserir a consoante se o argumento precede imediatamente, ou se o verbo está na sua forma finita, ou se faz parte de um nome próprio, etc.” Se, ao contrário, a alternância se deve ao apagamento, ela pode ser descrita pelo simples enunciado de que o apagamento ocorre sempre que um argumento que deveria estar presente, não está. Isto é, optamos por uma análise como a de (b) no quadro (14), tendo descartado a análise (c). A análise (a) fica descartada ao implicar (c).

5. O QUE SIGNIFICA O MORFEMA EM QUESTÃO

Na seção anterior mostramos que um morfema adicional está presente na forma “isolada” de um tema, enquanto que a forma “associada” consiste no tema sem prefixo. Nesta seção dedicamo-nos a estabelecer a categoria à qual pertence o prefixo em questão. Argumentaremos que se trata em todos os casos de um prefixo pronominal de terceira pessoa. A estrutura de nosso argumento é a seguinte: em primeiro lugar, descrevemos o funcionamento da flexão de pessoa em Mëbengokre; em segundo lugar, mostramos que a distribuição da aférese é comparável à do prefixo de terceira pessoa {ku-}, que tem a vantagem de não apresentar as mesmas complexidades morfofonológicas que o prefixo “abstrato” em questão; finalmente, apresentamos argumentos de que {ku-} é de fato um prefixo de terceira pessoa, e descartamos qualquer análise alternativa.

5.1. A flexão de pessoa em Mëbengokre

O Mëbengokre tem pouca morfologia flexiva, e a que existe é muito homogênea entre classes de palavras. A questão das classes de palavras em Mëbengokre é analisada em Reis Silva e Salanova (2000), Reis Silva (2001) e Salanova (2008).

A flexão de pessoa interage de maneira complexa com a classe morfológica à qual pertence a palavra. Certas palavras são totalmente invariáveis; estas incluem as “partículas”, e os substantivos alienáveis, que, quando têm um possuidor, exigem que este se expresse mediante um sintagma posposicional. Os substantivos inalienáveis e as posposições sempre se flexionam, os primeiros marcando a pessoa do possuidor; os últimos marcando a pessoa do complemento. Os verbos exibem um padrão cindido: as formas finitas dos verbos só recebem flexão acusativa, pelo qual formas finitas de verbos intransitivos não se flexionam; as formas não finitas dos verbos recebem flexão para representar o argumento absoluto; portanto todos os verbos não finitos recebem flexão, seja para representar o sujeito, no caso dos verbos intransitivos, seja para representar o objeto, no caso dos verbos transitivos.

O paradigma flexional é idêntico em todos os casos precedentes, exceto por uma pequena diferença no acusativo, de que tratamos abaixo. O número é expresso mediante partículas que são facilmente segmentáveis, exceto no pronome de primeira pessoa inclusiva, em que há um certo grau de fusão entre pessoa e número (cf. Wiesemann 1986). Estas partículas de número precedem os prefixos de pessoa, mas seguem os pronomes independentes e os substantivos:

- (21) a. ba-mě ar a-pumũ
 1NOM-PL PAUC 2-ver
 ‘Nós (muitos) vimos vocês (poucos)’
- b. ba-ar tẽ
 1NOM-PAUC ir
 ‘Nós (poucos) vamos’
- c. ar i-tẽm ket
 Pl 1-ir NEG
 ‘nós (poucos) não vamos’

As formas dos prefixos de pessoa são as seguintes:

- (22) 1 i-
 1+2 ba-
 2 a-
 3 \emptyset /ku-

A flexão de terceira pessoa se realiza de diversas formas.⁹ Para a maioria das palavras que recebem flexão, a terceira pessoa é zero. Para uma pequena classe de verbos transitivos e posições, o prefixo de terceira pessoa é {ku-}, mas só na forma finita, marcando o objeto direto. Por este motivo, nos referimos ao prefixo {ku-} como flexão *acusativa* de terceira pessoa.

5.2. A complementariedade entre flexão e objeto

Um fato importante para a nossa análise é que o prefixo de terceira pessoa {ku-} está em relação de exclusão mútua com sintagmas nominais em posição de objeto:

⁹ A flexão de pessoa em Mëbengroke, apesar de ser normalmente referencial, não é dêitica, mas exclusivamente anafórica. Uma série de formas pronominais independentes com propriedades completamente distintas é utilizada para a dêixis. Este assunto é abordado em Salanova (2011a, 2011c).

- (23) a. ku-bĩ ‘matou-o (anafórico)’
 b. mru bĩ ‘matou um animal’
 c. mru ku-bĩ ‘o animal o matou’ (e não: ‘matou o animal’)

Este padrão é idêntico ao que ocorre na concordância de objeto nas línguas Banto e na maioria das línguas Românicas,¹⁰ além de ser amplamente atestado na Amazônia. Um fato característico do Mëbengokre é que a flexão de pessoa ocorre mesmo quando o objeto é deslocado (por exemplo, ao formar orações interrogativas, ou em orações em que o objeto é contrastado com alguma outra coisa):

- (24) a. mru nẽ ku-bĩ ‘matou um *animal* (contrastivo)’
 b. mxj nẽ ku-bĩ ‘o que é que ele matou?’

Essa distribuição é exatamente a mesma que temos se adotarmos a análise em que a forma “isolada” dos predicados é a que recebe um prefixo. Representamos este prefixo abstrato por \emptyset nos dados a seguir, que são paralelos a (23, 24):

- (25) a. \emptyset -ano ‘enviou-o (anafórico)’
 b. tep jano ‘enviou um peixe’
 c. tep \emptyset -ano ‘o peixe o enviou’ (e não: ‘enviou o peixe’)
- (26) a. tep nẽ \emptyset -ano ‘enviou um *peixe* (contrastivo)’
 b. mxj nẽ \emptyset -ano ‘o que é que ele enviou?’

É principalmente por fatos como estes que a análise em que o que temos em mãos é morfologia indicadora de “contiguidade” é atraente. De fato, tanto Wiesemann (1986) como Rodrigues (2010) reconhecem a identidade entre (a ausência de) {ku-} e o equivalente de nosso prefixo \emptyset , mas a natureza que é atribuída ao prefixo em questão é outra. Passamos a isso, a seguir.

¹⁰ Por exemplo, em Francês, onde inclusive podemos reproduzir algo similar a (24):

- a. J'ai vu Jean
 eu.tenho visto Jean
 “Vi o Jean”
- b. Je l'ai vu
 eu o.tenho visto
 “Eu o vi”
- c. *Je l'ai vu Jean
- d. Je l'ai vu, Jean.

Alguns dialetos do Espanhol, ao contrário, permitem o equivalente de (23c) com objetos humanos: *Lo vi a Juan*.

5.3. Porque {ku-} é flexão de pessoa

Wiesemann (op. cit., p. 369) sugere que os prefixos em questão seriam marcas de mudança de valência, algo assim como um antipassivo. A própria autora elimina esta hipótese ao notar que os verbos que sofrem aférese ou são prefixados por {ku-} não sofrem de fato nenhuma mudança de valência.¹¹

Adicionalmente, certos outros fatos sobre o comportamento de {ku-} são fortes indícios de que se trata de um prefixo de pessoa: em primeiro lugar, {ku-} aparece exatamente lá onde aparecem os prefixos de outras pessoas, enquanto que os morfemas de mudança de valência, apresentados na seção 4.1, ficam entre os prefixos de pessoa e o radical verbal; em segundo lugar, {ku-} mostra concordância parcial com o segundo argumento (o sujeito) dos verbos transitivos:

- (27) a. ba ku-ma 'eu o ouvi'
 b. ga a-ma 'você o ouviu'
 c. ba a-ma 'eu te ouvi'

Ressaltamos, como Wiesemann, que as formas dos temas que sofreram aférese realmente têm, como {ku-}, referência não dêitica de terceira pessoa. Nomes inalienáveis tais como 'olho', 'orelha' e 'pai' em Mëbengokre sempre têm um possuidor implícito. Para que não haja referência anafórica implícita a um possuidor, é necessário criar uma construção com um possuidor genérico, tal como /mẽ ʔõ nɔ/ 'o olho de alguém', ou /mẽ nɔ/ 'olho de gente'. Portanto, mesmo em casos em que a terceira pessoa é nula (como no caso de /nɔ/, em que a forma sem flexão é idêntica à forma com flexão de terceira pessoa), é evidente que na forma de citação há uma referência implícita a uma terceira pessoa.

Por todos esses motivos, argumentamos que a aférese (ou, mais precisamente, a prefixação de \emptyset), como {ku-}, deve ser considerada um reflexo da flexão de terceira pessoa.¹²

5.4. Terceira pessoa expletiva

Há uma construção em Mëbengokre que não compreendemos completamente, mas que é interessante submeter à apreciação do leitor neste momento, já que serve para fazer mais uma ponte entre a flexão de pessoa em {ku-} e a flexão de pessoa que se expressa mediante a queda de uma consoante inicial. Trata-se do seguinte:

¹¹ “[Os verbos que sofrem aférese] não são verdadeiros intransitivos, e são usados de forma anafórica quando o objeto já foi introduzido. [Os verbos em questão] têm todas as características sintáticas de verbos transitivos, i.e., ocorrem com [sujeitos] ergativos em orações não indicativas”. (loc.cit., tradução nossa).

¹² Não cabe neste artigo discutir o porquê de certos verbos finitos requererem flexão acusativa (i.e., terceira pessoa em {ku-}), enquanto que outros empregam flexão absoluta (i.e., terceira pessoa indicada pela queda de uma consoante inicial). Para apresentação de duas posições enfrentadas, remetemos o leitor a Reis Silva e Salanova (2000), Reis Silva (2001) e Salanova (2011b) por um lado, e Oliveira (2005) por outro.

- (28) a. ba pĩ ta
 eu árvore cortar
 ‘corto uma/a árvore’
- b. ba ku-ta
 eu 3-cortar
 ‘cortei-o/a’
- (29) a. ba pĩ mǎ ku-ta
 eu árvore para 3-cortar
 ‘derrubo uma/a árvore’
- b. ba pĩ mǎ ta
 eu árvore para cortar
 ‘eu derrubo uma/a árvore’
- c. *ba ta
 eu corto

O verbo {ta} ‘cortar’ pode ser usado com um objeto direto, e nesse caso ele funciona como qualquer outro verbo transitivo, por exemplo, {ma} ‘ouvir’, cf. (27). Mas ele pode também ser usado em uma construção em que o objeto do verbo é marcado pela adposição {mǎ} ‘a, para’. O sentido dessa construção é ligeiramente diferente, mas diretamente relacionado à construção transitiva. Alguns outros verbos transitivos permitem essa variante para expressar os seus objetos.

O que nos interessa sobre essa construção está nos exemplos (29a, b). No primeiro caso, o verbo expressa o objeto direto também através de um prefixo de terceira pessoa, enquanto que no segundo caso o prefixo está ausente. Essa variação livre entre a presença e ausência do prefixo de pessoa só ocorre nessa construção. Poderíamos dizer que em (29a) o prefixo de pessoa é “expletivo”.¹³ Como pode ser visto em (29c), que deve ser comparado com (28b), o prefixo de terceira pessoa é obrigatório alhures.

¹³ “Expletivo” é o nome que comumente se dá na tradição gerativa aos pronomes sem referência que se encontram, por exemplo, em Francês e Inglês, quando um verbo finito não é precedido pelo seu sujeito:

- a. *Il semble que Jean est parti*
 ele parece que Jean é partido
 ‘Parece que o Jean partiu’
- b. *It seems that John left*
 ele parece que John partiu
 ‘Parece que o John partiu’

O prefixo {ku-} do Mëbengokre nas construções que descrevemos aqui é similar, ao não ter referência, mas difere por ser opcional.

Curiosamente, algo parecido ocorre com alguns verbos em que a flexão de terceira pessoa se expressa mediante a queda de uma consoante inicial. Vejam-se os exemplos seguintes.

- (30) a. i-dʒukaŋa
1-abandonar
'abandono as coisas'
- b. ukaŋa
3.abandonar
'ele abandona as coisas'
- (31) a. ku-mã / i-mã dʒukaŋa
3-para / 1-para abandonar
'ele tem/eu tenho preguiça'
- b. ku-mã / i-mã ukaŋa
3-para / 1-para 3-abandonar
'ele tem / eu tenho preguiça'
- c. *dʒukaŋa
'abandonar'

Nesse caso, trata-se de um verbo intransitivo (de fato, é a forma antipassiva do verbo *kaŋa* 'abandonar'), mas a ideia é a mesma. Existe uma construção em que o sujeito se expressa mediante um dativo, e não diretamente no verbo, e nesse caso pode haver, de forma opcional, flexão de terceira pessoa no verbo. Só que nesse caso a flexão expletiva não é {ku-}, mas a queda da consoante inicial.

Concluimos que as funções de {ku-} e da aférese são idênticas em todos os contextos, e acrescentamos isso à nossa conclusão anterior de que {ku-} e, portanto, aférese devem ser tratados como prefixos de terceira pessoa. Qualquer referência à marcação de não contiguidade seria uma complicação terminológica desnecessária.

6. UMA VISÃO COMPARATIVA

Nas seções precedentes, estabelecemos que, nas alternâncias apresentadas no início do trabalho, o morfema desencadeador está presente na forma "isolada", e mostramos que esse morfema deve ser considerado um marca de terceira pessoa. Até agora, não fizemos nada para explicar a forma que assumem as alternâncias. Isto é, não tentamos ainda reduzir as alternâncias a regras morfológicas e fonológicas que não tenham um caráter absolutamente arbitrário.

Antes de prosseguir, gostaríamos de fazer uma breve nota sobre o caráter da análise que oferecemos. Até este ponto, apresentamos uma análise dos fatos do Mëbengokre que consideramos válida do ponto de vista sincrônico. Isto é, propomos que, *na mente dos falantes atuais*, há um processo de aférese que afeta os temas

flexionais que têm uma determinada forma (i.e., que começam por certas consoantes). Esse processo de aférese, que decorre da prefixação de \emptyset , expressa a flexão de terceira pessoa em Mëbengokre. Esse processo seria um processo morfológico não-concatenativo, como as bem-conhecidas mutações iniciais das línguas celtas, ou muitos outros processos que desafiam a segmentação, mas que expressam categorias morfológicas como as expressas pelos morfemas concatenativos. Caso o leitor deseje maior concretude, propomos o seguinte para a flexão dos verbos:¹⁴

- (32) a. [+1] \leftrightarrow {i-}
 b. [+2] \leftrightarrow {a-}
 c. [+1,+2] \leftrightarrow {ba-}
 d. [-1, -2] \leftrightarrow {ku-} / V_{tr.fin}
 e. [-1, -2] \leftrightarrow TRUNC : $\text{ɲ/dʒ/j/p} \rightarrow \emptyset / \text{[Tema]} \text{ —}$
 f. \emptyset alhures

A nossa análise prediz que os neologismos que entrarem na língua Mëbengokre como palavras flexionáveis, perdem a consoante inicial quando recebem a flexão de terceira pessoa, contanto que comecem com as consoantes adequadas. Não temos exemplos disso, pois as palavras flexionáveis parecem ser uma classe fechada em Mëbengokre,¹⁵ mas é algo que, em princípio, poderia ser testado em campo com logatomas.

A partir deste ponto, iremos um pouco mais longe: faremos um exercício de “reconstrução interna” para estabelecer a fonte dessa operação morfológica de aférese. A validade disso como análise sincrônica pode não ser completa. Esta questão, que é fundamentalmente metateórica, não é algo que nos preocupe aqui. Mais adiante veremos que as conclusões às quais chegamos se encaixam com os trabalhos diacrônicos mais recentes sobre a família Jê, em particular Ribeiro (2006). Porém, insistimos no fato de que a justificação histórica do que ocorre nestas línguas é logicamente independente de nossa argumentação sincrônica em favor de um processo de truncamento, e contra a existência de “prefixos relacionais”.

O ponto de partida para a análise diacrônica do prefixo de terceira pessoa é a observação dos fatos da flexão de pessoa em Panará e em Xokleng:

¹⁴ Para o caso dos temas com /p/ inicial, seria necessário especificar que se trata apenas daqueles que começam por /p/ seguido de /u/ ou /tu/, mas não queremos aqui complicar excessivamente as regras. TRUNC é simplesmente o nome da regra de aférese que expressa a flexão de terceira pessoa. Para uma explicação do formalismo adotado, remetemos o leitor a Harley e Noyer (1999).

¹⁵ Se todas as línguas Macro-Jê funcionam como o Mëbengokre, é de se esperar que em todas elas os neologismos, sempre que estes comecem pelas consoantes adequadas e entrem nas línguas como palavras flexionáveis, sofram os processos morfofonológicos que têm sido descritos como “prefixos relacionais”. Eduardo Ribeiro (c. p., 2/2011) nos informa que isto é assim pelo menos para o neologismo Karajá /dewe/ ‘dever’, e que ele desconhece qualquer caso em que a consoante inicial de um neologismo, podendo ser analisada como um “prefixo relacional”, não o seja.

(33) Panará (Dourado 2001)

- a. jakoa ‘boca’ (sem flexão)
 b. sakoa ‘boca dele’

(34) Xokleng (Henry 1948)

- a. jo ‘na frente de’ (sem flexão)
 b. ðo ‘na frente dele/a’

Na nossa análise, a alternância resulta da prefixação do morfema de terceira pessoa {s-}, cujo reflexo em Xokleng é {ð-}. Como se obtém o padrão visto acima?

As alternâncias /s/ ~ /j/ e /ð/ ~ /j/ são facilmente explicadas se levarmos em conta certos fatos sobre a fonologia das línguas Jê: em todas as línguas da família, não é possível haver seqüências de segmentos com articuladores idênticos em ataque de sílaba. Portanto, em Mëbengokre, apesar de seqüências de até três consoantes serem permitidas em ataque, seqüências tais como *tr, *pw, *nj, *dʒr, etc. não ocorrem.¹⁶ O quadro seguinte dá exemplos de palavras com as combinações possíveis de oclusivas com líquidas ou semivogais; o mesmo poderia ser feito com as oclusivas nasais; os vazios no quadro representam combinações não possíveis:

(35)	/p/	/t/	/dʒ/	/k/
/r/	prɔ ‘carvão’			kra ‘filho’
/j/	pje ‘viga’			kje ‘puxar’
/w/		twɔm ‘gordura’	dʒwɔ ‘farinha’	kwɔ ‘pouco’

A restrição que pesa sobre seqüências de segmentos com articuladores idênticos não é uma restrição “passiva”, mas uma que desencadeia uma série de regras de reparação, tais como fortalecimento e apagamento de segmentos, ao serem concatenados certos sufixos ou enclíticos. Um fenômeno muito sugestivo para a descrição correta dessa regra de apagamento se observa na alternância entre formas finitas e não finitas dos verbos Mëbengokre, descrita e analisada em Salanova (2004).

¹⁶ Outras seqüências não são possíveis por restrições que dizem respeito à seqüência de sonoridade nas margens da sílaba: *jw, *kp, *pn, etc. A únicas seqüências CCC que são possíveis em Mëbengokre são /krw/ e /ŋrw/, as quais são as únicas que respeitam a exigência de articuladores e as regras que dizem respeito à seqüência de sonoridade: {oclusivas nasais e orais} < {líquidas} < {semivogais}. Para mais informações sobre a sílaba em Mëbengokre, remetemos o leitor a Salanova (2001). Para uma descrição da seqüência de sonoridade como princípio organizador da sílaba, ver Clements (1990).

Até onde sabemos, essas restrições aplicam-se na fonologia de todas as línguas da família.

No caso do Panará e Xokleng, um ataque que consiste de dois segmentos coronais seria formado pela prefixação de {s-} ou {ð-} ‘terceira pessoa’, e a reparação consiste em apagar o segundo desses segmentos. De maneira sintética, teríamos o seguinte (a forma /sjakoa/ representa uma etapa intermediária da derivação):

- (36) s + jakoa → sjakoa → sakoa
 3 boca ‘boca dele’

O processo morfológico em si é perfeitamente concatenativo: o prefixo de terceira pessoa {s-} é anteposto ao tema nominal. O processo fonológico que se aplica posteriormente dá a falsa impressão de que houve uma substituição morfológica.

6.1. O Panará em detalhe

Isso, no entanto, é apenas o começo. Muitos outros padrões ocorrem em Panará. Na descrição de Dourado (1993), são os seguintes:

(37)		<i>Forma “associada”</i>	<i>Forma “isolada”</i>	Glosa
	temas iniciados em C	te	ĩte	‘perna’
	temas iniciados em /j/	jũkje	sũkje	‘braço’
		jutĩ	sutĩ	‘pesado’
		ĩkja	sikja	‘mão’
	temas iniciados em V	Ũtɔ	ĩtɔ	‘olho’

O padrão observado em temas iniciados em V é próprio de uma classe de palavras nas quais uma vogal nasal inicial assimila parcialmente o ponto de articulação vocálico de uma vogal precedente, se a palavra que precede é o primeiro argumento do tema à sua direita. O paradigma completo é como segue:

(38)	a.	wuſĩ ĩtɔ	‘olho da mãe’	ĩtɔ	‘seu olho’
	b.	tɔputũ ũtɔ	‘olho do velho’		
	c.	jɔjɔ ɔtɔ	‘olho da borboleta’		
	d.	jowpũ ĩpa	‘fígado da onça’	ĩpa	‘seu fígado’
	e.	waro ũpa	‘fígado do papagaio’		
	f.	põpõ õpa	‘fígado do socó’		
	g.	kjanasũ ũprẽ	‘cutia velha’	ĩprẽ	‘ele/a é velho/a’
	h.	kukre ẽprẽ	‘casa velha’		
	i.	sase ĩtui	‘rede nova’	ĩtui	‘ele/a é novo/a’
	j.	mara ăsipia	‘mulher desse aqui’	ĩsipia	‘mulher dele (anafórico)’

Aqui assentaremos as bases de uma análise que dá conta do paradigma completo. Manteremos a proposição de que a análise deve ser equivalente à nossa análise do Mëbengokre, isto é, que só há prefixo na forma “isolada”, enquanto que na forma

“associada” não há prefixo. O que nos resta explicar, que é mais ou menos complexo segundo a língua, é a alomorfia desencadeada pelo prefixo.

Na nossa análise do Panará, o prefixo de terceira pessoa tem dois alomorfes {ĩ-} e {s-}. O segundo é selecionado quando o segmento inicial do tema é de sonoridade maior que /s/, enquanto que o outro é selecionado nos demais casos.¹⁷

Já que não parecem existir temas flexionáveis iniciados por /w/ ou vogal em Panará, com exceção daqueles que sofrem a assimilação vocálica descrita acima, o resultado é que o alomorfe {s-} só é utilizado com temas iniciados em /j/.¹⁸ Nesses casos, no entanto, o /j/ inicial é apagado, devido à condição de boa formação dos ataques silábicos que expomos acima. Com o que dissemos até aqui, explicamos todos os padrões com exceção de (38), sobre o qual ainda não temos nos pronunciado.¹⁹ Voltaremos a esse padrão mais abaixo, depois da discussão dos fatos do Timbira.

6.2. Timbira

Em Timbira, segundo a descrição de Popjes e Popjes (1986), existem os prefixos de terceira pessoa {ih-} e {in-}. Esses marcadores têm três características que nos interessam. Em primeiro lugar, são específicos a cada tema, i.e., é impossível utilizar {ih-} com palavras que normalmente levam {in-}, e vice-versa. Em segundo lugar, esses marcadores são opcionais; isto é, segundo os autores citados, a terceira pessoa pode também ser zero. Finalmente, {ih-} e {in-} não aparecem nunca diante de certos temas:

- (39) a. ihkra ~ kra ‘filho dele’
 b. intɔ ~ tɔ ‘olho dele’
- (40) a. * inkra
 b. * ihtɔ
- (41) a. h_{AR} assá-lo (← /tʃ_{AR}/)
 b. * ihtʃ_{AR}, * ihh_{AR}, * intʃ_{AR}, * inh_{AR}

O que propomos para o Timbira é que o prefixo de terceira pessoa é sempre {h-}.²⁰ Os padrões mais complexos que se observam na superfície são o resultado de processos fonológicos que têm uma motivação completamente independente.

¹⁷ Essa alomorfia pode parecer um tanto *ad hoc*. Ao examinarmos o Timbira, veremos que temos indícios para derivar o alomorfe {ĩ-} de uma outra regra fonológica.

¹⁸ A pesar de não haver dados em Dourado (1993) que o corroborem, supomos que o alomorfe {s-} não é selecionado diante de temas iniciados por consoante nasal. Isto seria condizente com o fato de que as consoantes nasais se comportam como obstruintes em todas as línguas Jê, no que diz respeito à escala de sonoridade. Também carecemos de dados iniciados em /r/. O inventário consonantal do Panará, segundo Dourado (2001), é: /p/, /t/, /k/, /ʔ/; /s/, /h/; /m/, /n/; /w/, /r/, /j/.

¹⁹ Note-se a desnasalização que ocorre em /sikja/ ‘mão dele/a’, um de vários processos morfofonológicos de que apenas trataremos muito superficialmente.

²⁰ /h/ é o som que corresponde normalmente em Timbira ao fonema /s/ do Panará.

Os fatos da distribuição dos prefixos da terceira pessoa, simplificados apenas minimamente, são os seguintes:

1. \emptyset é empregado com os temas que começam em /m/, /n/, e talvez /w/ (só dispomos de um exemplo), e também em aqueles temas nos quais uma palatal inicial é substituída por /h-/ na terceira pessoa, tal como o do exemplo (41a).
2. /in-/ aparece diante de uma parte dos temas que começam por /p/, /t/ ou /k/.
3. /ih-/ aparece diante dos demais temas que começam por /p/, /t/, /k/, e diante dos temas começados por qualquer outra consoante.

A primeira coisa que temos que explicar é a distribuição de /in-/ vs. /ih-/, que aparentemente não depende diretamente de nenhum fator fonológico. Propomos que a distribuição é de fato arbitrária, e que essa arbitrariedade decorre de um contraste que existe na língua, e que tem sido representado de maneira inadequada nas análises fonológicas existentes.

O sistema consonantal do Timbira é o seguinte, segundo os autores citados e Alves (1999):

(42)	Labial	Alveolar	Palatal	Velar	Glotal
Oclusivas aspiradas				k ^h	
Oclusivas não aspiradas	p	t	tʃ	k	
Nasais	m	n			
Contínuas	w	r	j		h

As nasais em ataque silábico têm uma distribuição limitada em Timbira. Enquanto encontramos todas as demais consoantes diante de vogais tanto nasais quanto orais, /m/ e /n/ só ocorrem diante de vogais nasais. Claramente não é o caso de uma oclusiva oral que se nasaliza, já que existem pares mínimos tais como /prõ/ ‘esposa’ vs. /mrõ/ ‘mergulhar’. O que acreditamos que aconteça é, ao contrário, que /m/ e /n/ se desnasalizam diante de vogais orais, produzindo uma aparente neutralização. Porém, fica um reflexo da nasalidade da consoante quando o tema é precedido por uma vogal. Isto é, os temas que começam por oclusiva oral, mas têm a peculiaridade de exigir o prefixo /in-/ (e não (ih-)) para a terceira pessoa, deveriam ser representados como iniciando com uma consoante nasal subjacente. A sequência de nasal mais oclusiva é derivada por uma regra fonológica, que poderíamos chamar “desdobramento”.²¹ Portanto:

²¹ Na literatura sobre a fonologia das línguas indígenas brasileiras (ver, e.g. Wetzels 1995), um processo semelhante tem sido chamado “criação de contornos”. O desdobramento de que falamos aqui tem características diferentes do processo que transforma /m/ em [mb] em Kaingang e Apinayé, já que a parte oral do segmento é surda em Timbira, além de que a parte nasal não pode ser pronunciada se não for precedida por um segmento vocálico. Propomos o termo “desdobramento” não para substituir “criação de contornos”, senão para distinguir o que ocorre em Timbira desse fenômeno mais geral.

(43)		/nɔ/	/nɔ/	/nõr/
	Desdobramento	ntɔ	ntɔ	—
	Prótese opcional	intɔ	—	—
	Apagamento	—	tɔ	—
	Forma superficial	[intɔ]	[tɔ]	[nõr]

Uma vez que uma consoante nasal se desdobra para se transformar numa sequência de nasal e oclusiva oral, a parte nasal, que representamos [N], pode sofrer dois destinos diferentes: naqueles contextos em que poderia ser agrupada prosodicamente com uma vogal precedente, [N] é preservada, em outros casos é apagada, e temos a impressão de que o contraste entre /p/ e /m/, e entre /t/ e /n/ é neutralizado em Timbira. O ambiente em que [N] é preservado pode surgir em duas configurações: por um lado pode se dar quando a palavra precedente termina em vogal (cf. a discussão na seção 6.4.); por outro, ele pode ser proporcionado por um processo de prótese vocálica; sugerimos que é isso que acontece na forma /intɔ/ no quadro acima, i.e., [i] não é parte de um prefixo de pessoa, senão que é uma vogal epentética.²²

Com esta nova análise fonológica do Timbira, uma série de fatos inexplicados desta língua seguem-se como uma consequência natural: (1) não existem temas formados por uma oclusiva seguida de uma vogal nasal que requeiram /in-/ (já que nesses casos a consoante inicial teria que ser subjacentemente oral); (2) não há palavras que exijam /in-/ diante de qualquer segmento que não seja uma oclusiva, já que esses são os únicos que resultam da desnalização de uma oclusiva nasal; (3) /in-/ nunca é prefixado a palavras iniciadas na superfície por uma consoante nasal, já que nesses casos não há nenhum segmento “solto”, que peça prótese.

Essa análise tem uma outra consequência muito bem-vinda: o /k/ do Timbira passa a ser /ŋ/, e /k^h/ passa a ser /k/, o que faz muito por aproximar o quadro consonantal do Timbira ao das línguas Jê mais próximas (Mêbengokre e Apinayé), além de torná-lo muito mais simétrico:

(44)		<i>Labial</i>	<i>Alveolar</i>	<i>Palatal</i>	<i>Velar</i>	<i>Glotal</i>
	Oclusivas	p	t	tʃ	k	
	Nasais	m	n		ŋ	
	Contínuas	w	r	j		h

Os itens lexicais seguintes, alguns dos quais não foram identificados nas fontes de que dispomos e devem portanto ser tidos por hipotéticos, ilustram o que seria a alofonia das oclusivas orais e nasais em Timbira:

²² Partimos do pressuposto que {h-}, se prefixado a palavras iniciadas por nasal, é apagado sem reflexo, algo que se encaixa bem com o fato de que palavras iniciadas superficialmente por [m] e [n] nunca sofrem prótese de [i] nos dados de Popjes e Popjes (1986). Em outras palavras, a prótese de [i] em palavras tais como [ntɔ] é aplicada somente para resgatar um [N] não silabificado.

Ao mesmo tempo, supomos que [intɔ] e [tɔ] têm sentido idêntico em contextos nos quais é evidente que o segundo seria flexionado. Partes de nossa análise teriam que ser reformuladas se este não fosse o caso, mas o ponto principal permaneceria sem modificação.

(45)	a.	/nɔ/	[(n)tɔ]	‘olho’	a’.	/ŋo/	[ko]	‘água’
	b.	/nõ/	[nõ]	‘deitar’	b’.	/ŋõ/	[ŋõ]	‘dar’
	c.	/pɔ/	[pɔ]	‘taquara’	c’.	/ko/	[k ^h o]	‘bastão’
	d.	/põ/	[põ]	‘esfregar’	d’.	/kõ/	[k ^h õ]	‘beber’

Até agora, portanto, explicamos um aspecto importante da alomorfia da terceira pessoa em Timbira. Resta explicar ainda os casos em que /tʃ-/ inicial é substituído por /h-/ ou cai por completo. Esse padrão é equivalente ao que ocorre em Mëbengokre. A explicação definitiva será apresentada na seção 6.5.

6.3. De volta ao Panará

Agora estamos em condições de explicar o paradigma exposto em (38).

Em Panará não há consoantes nasais diante de vogais orais em sílabas acentuadas. Aventamos a hipótese de que, nesses casos, o mesmo tipo de sequência /N/ + oclusiva oral é formada numa representação intermediária, como em Timbira. Contrariamente ao que ocorre em Timbira, no entanto, em Panará o /N/ sempre é resgatado mediante prótese de V. Os traços da vogal epentética são tomados da vogal precedente, se esta se encontra dentro do mesmo domínio prosódico.²³ Se isto não ocorre, a prótese vocálica insere um [i]. A análise é esta:

(46)		/...##Ntɔ /	/...V _α #Ntɔ /
	Prótese obrigatória	##VNtɔ	V _α #VNtɔ
	Inserção de traços vocálicos	iN.tɔ	V _α #V _α .Ntɔ
	Forma superficial	ɪtɔ	V#Ṽtɔ

/N/ em posição de coda silábica realiza-se como nasalização da vogal precedente. Há uma redução de contraste na vogal V_α quando ela é nasalizada, já que um dos contrastes de altura das vogais orais não se mantém nas vogais nasais.²⁴

O leitor compreenderá agora porque juntamos, em (1)-(5), o processo de apagamento da consoante nasal em Timbira com outros processos que foram considerados “prefixos relacionais”, sendo que Alves (1999) já o considera um processo puramente fonológico, distinto dos “prefixos relacionais”. Como acabamos de mostrar, o que acontece com as consoantes nasais em Timbira é idêntico ao que ocorre no paradigma de (38), que foi dado como uma manifestação dos “prefixos relacionais” em Panará por Dourado (1993).

²³ Nesse caso, diríamos que um nome inalienável e o seu possuidor, ou um nome e um modificador que o segue, se encontram no mesmo domínio prosódico.

²⁴ Lembremos que inicialmente supomos que /t-/e /s-/ eram dois alomorfes distintos do prefixo de terceira pessoa. Aqui, seguindo a nossa análise do Timbira, mantemos o ponto de vista de que o primeiro seria resultado de um processo fonológico de prótese. Defender essa análise diante das alternativas possíveis está além de nossas capacidades neste momento, dado o nosso conhecimento limitado do Panará.

Em síntese, reduzimos o complexo paradigma de terceira pessoa do Panará e parte do paradigma do Timbira a um único prefixo, e ao fazer isso também simplificamos o sistema fonológico da segunda língua. Apesar disso, tivemos que recorrer a uma regra de prótese nunca antes proposta. A plausibilidade de nossa análise aguarda evidências provenientes da análise mais aprofundada da fonologia dessas línguas. Na discussão do Mëbengokre que segue, recorreremos à análise comparativa para tentar reduzir a morfologia não-concatenativa postulada na sincronia a um processo concatenativo.

6.4. Excurso sobre contextos morfológicos versus prosódicos

A análise esboçada nas seções precedentes descarta o apagamento de /n/ inicial em Timbira como um processo morfofonológico comparável às outras alternâncias que descrevemos, e relega-o a um processo puramente prosódico. Neste breve excuro, apresentamos esse processo como exemplo dos critérios que distinguem os processos de junção, puramente prosódicos, dos processos morfofonológicos que são mais comumente considerados “morfemas relacionais”.

Vejamos o fenômeno que é apresentado por Alves (1999):

- (47) a. /ntɔ/ ‘olho’ (forma subjacente putativa)
 b. /tɔ/ ‘o olho dele’
 c. /rɔpti ntɔ/ ‘o olho da onça’

À primeira vista, poderíamos considerar o /n/ de (47c) como mais um dos reflexos possíveis do processo morfofonológico que afeta seqüências de argumento e predicado (i.e., mais um “prefixo relacional”). No entanto, sugerimos, como Alves (op. cit.), que o apagamento da consoante nasal inicial se deve a uma questão de licenciamento prosódico do segmento /n/, que, na nossa análise, é derivado de uma regra de desdobramento. Nesta breve seção, mostramos que os contextos que desencadeiam os processos condicionados pela prosódia são ligeiramente diferentes dos contextos que desencadeiam a alternância tematizada neste trabalho.

O contexto para o aparecimento da consoante nasal em /ntɔ/ é o seguinte: a palavra deve ser precedida por uma palavra terminada em vogal ou em oclusiva glotal (que é apagada), dentro de uma mesmo constituinte prosódico. Portanto, as consoantes nasais não aparecem se a palavra precedente termina em consoante.

- (48) rɔp tɔ ‘o olho do cachorro’

Porém, as consoantes nasais aparecem em contextos onde os “prefixos relacionais” não apareceriam; em particular, elas aparecem entre duas palavras, qualquer que seja a relação estrutural entre elas, contanto que a primeira esteja no mesmo constituinte prosódico que a segunda. Um desses contextos diferenciadores é quando o predicado é precedido por uma partícula de número. Compare-se esse exemplo com o dado em (10k):

(49) mē ntō ‘olhos das pessoas’ (dado de Popjes e Popjes 1986).

Outro contexto diferenciador ocorre quando o predicado é precedido por um proclítico que não guarda relação de complemento com o tema que segue. Nesse contexto, o predicado apresenta a forma “isolada” (i.e., com o prefixo de terceira pessoa, ou, dito de outra forma, sem o “prefixo relacional”), cf. (50a), enquanto que, como pode ser visto em (50b) a consoante nasal não é apagada (dados de Alves 2003):

- (50) a. mɛʔwɛj-te hĩ tɔ = h-ʌr
 velha-ERG carne fazer=3-assada
 ‘A velha cozinhou a carne’ (cf. hĩ tʃʌr ‘carne assada’)
- b. ku-te pap tɔ = mpej
 3-ERG jirau fazer=bom
 ‘Ele consertou o jirau’ (cf. pap pej ‘jirau bom’)

Concluimos, portanto, que alguns dos processos de “ligação” descritos na introdução são regras fonológicas condicionadas simplesmente pela estrutura prosódica, enquanto que alguns outros são de fato morfológicos. Ao contrário do que diz Dourado (op. cit.), o processo descrito em (38) não faz parte do fenômeno dos “prefixos relacionais”, mas do primeiro grupo de processos condicionados prosodicamente.

6.5. De volta ao Mëbengokre

Depois de ter explorado os casos mais paradigmáticos em Timbira, Xokleng e Panará, estamos prontos para abordar os casos mais complicados. Eles têm em comum o fato de não parecer haver uma regra fonológica evidente para explicar os padrões observados. Damos a seguir uma visão panorâmica desses casos difíceis. Por questões de espaço, apenas poderemos abordar em pormenores o que ocorre em Mëbengokre:

(51) Kĩsêdjê (Santos 1997)

- a. sute
 arco ‘arco dele’
- b. João tute
 João arco ‘arco do João’

(52) Xavante (Estevam 2011)

- a. séré
 cabelo ‘o cabelo dela’
- b. ɪɪ-zéré
 1-cabelo ‘meu cabelo’

(53) Timbira (Alves 1999)

- a. h_Λr
assar ‘assá-lo’
- b. tep tʃ_Λr
peixe assar ‘assar o peixe’

Em todos esses casos, não temos, como nos casos examinados até agora, uma consoante cuja queda poderia ser explicada por uma regra de simplificação de ataque silábico. Ao contrário, uma consoante oclusiva ou fricativa é substituída por outra. É para esses casos que uma solução em que ambas as consoantes são prefixos parece ser mais atraente.

(54) Base	“isolada”	“associada”
ute ‘arco’ (Kĩsêdjê)	s-ute	t-ute
Λr ‘assar’ (Timbira)	h-Λr	tʃ-Λr
éré ‘cabelo’ (Xavante)	s-éré	z-éré

Não sabemos qual deveria ser a abordagem sincrônica correta em cada um desses casos. Porém, tomando o Měbengokre como modelo, argumentaremos que há razões históricas para supor que o processo em jogo aqui é idêntico ao que vimos no caso do Panará e do Xokleng, e que a diferença entre esses casos e os anteriores é apenas o resultado de duas regras de fortalecimento de consoantes para as quais há evidências diacrônicas.

Passemos, então, ao Měbengokre. Toda a complexidade da flexão de terceira pessoa em Měbengokre pode ser observada nos seguintes paradigmas parciais:

(55) 1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa	tema
ijamak	ajamak	amak	jamak ‘ouvido’
idzur	adzur	ur	dzur ‘pus’
ɨnikra	ɨnikra	ikra	ɨnikra ‘mão’
ipwɨtɨ	apwɨtɨ	utɨ	pɨwɨtɨ ‘proteger’
ikrɨ	akrɨ	krɨ	krɨ ‘cabeça’

Mantemos-nos próximos do que estabelecemos para o Panará, e o Xokleng, e o Timbira, e avancemos a hipótese de que a aférese que ocorre em certos temas em Měbengokre é consequência da prefixação de um elemento fonologicamente abstrato, que por ora representaremos por {H-}. Para obter os resultados observados acima, é necessário recorrer a uma série de regras fonológicas complementares, que por ora chamaremos coletivamente de “reparação de ataques”. Como veremos adiante, é conveniente separar as regras de reparação que aplicam a sequências de sonoridade ascendente, tais como /hj/, daquelas que aplicam a sequências de sonoridade descendente, tais como /hk/, mas não o fazemos aqui para simplificar a apresentação.

(56)

	/H+jamak/	/H+dʒur/	/H+ɲikra/	/H+puutʌ/	/H+krɿ/
Prefixação	Hjamak	Hdʒur	Hɲikra	Hpuutʌ	krɿ
Reparação de ataques	Hamak	Hur	Hikra	Huutʌ	krɿ
Forma superficial	[amak]	[ur]	[ikra]	[utʌ]	[krɿ]

As objeções que podemos levantar contra esta abordagem são duas. Por um lado, o {H-} não tem nenhum reflexo fonético aparente. Esse problema não é tão grave se a análise se justifica em termos diacrônicos. Por outro lado, as consoantes que caem em contiguidade com /H/ não são qualitativamente diferentes das que ficam; compara-se, por exemplo, {dʒur} de {krɿ}. Por que cairia o /dʒ/ e não o /k/, sendo que em ambos os casos se trata de uma consoante que, no sistema fonológico da língua, é tratada como uma oclusiva, e que, em particular, nunca poderia ser silabificada junto com qualquer segmento que aparecer à sua esquerda?

Abordemos, portanto, cada uma dessas duas dificuldades.

Em contraste com o que ocorre em Timbira e em Panará, em que o prefixo de terceira pessoa é {h-} ou {s-}, respectivamente, parece não haver em Mëbengokre qualquer reflexo fonético desse {H-}. Certamente, em Mëbengokre não há prótese vocálica como a que descrevemos acima para essas duas línguas, algo que reforça a intuição de que o prefixo é vazio.²⁵ Em Mëbengokre, como em Apinayé, existe um contraste em posição inicial e em posição intervocálica analisado até agora como sendo entre /ʔ/ e \emptyset . Nessa análise, algumas poucas palavras não flexionadas, e todos os temas que recebem flexão de terceira pessoa, tais como (59b), são realmente iniciadas em vogal:

- (59) a. ʔtu 'semente'
 b. ut 'ele/a vai'

²⁵ Em outras palavras, não há em Mëbengokre nenhuma manifestação de um prefixo {i-} ou similar para a terceira pessoa, ao contrário do que ocorre nas línguas mais próximas.

Alguns dados apresentados por Burgess e Ham (1968) parecem sugerir que em Apinayé, a língua Jê mais próxima do Mëbengokre, a flexão de terceira pessoa pode manifestar-se mediante a prefixação de {ʔ-}. Em Apinayé, ao contrário do que ocorre em Mëbengokre, os encontros consonantais que resultam são tolerados, mas só ocorrem quando há flexão de terceira pessoa:

- (57) a. kvɾɾ 'excavar'
 b. ʔkvɾɾ 'excavá-lo'
 (58) a. pɾō 'esposa'
 b. ʔpɾō 'esposa dele'

A aparição da oclusiva glotal nesses dados, no entanto, pode ser adscrita a outros fatores, tais como o fraseamento prosódico. Note-se igualmente que, ao contrário do Mëbengokre, em Apinayé existe uma marca de terceira pessoa que consiste em um {i-}. Se esse /i/ é epentético, como argumentamos para o Timbira, teremos mais indicações para fortalecer a relação entre a manifestação aberta do prefixo de terceira pessoa e mecanismos fonológicos destinados a "salvá-lo". Esses temas aguardam ser explorados em pesquisas futuras.

O contraste entre /ʔ/ e \emptyset também se encontra em posição intervocálica, cf. (60); aqui, no entanto, \emptyset se realiza mediante uma semivogal se a vogal que o precede é alta, como em (61b).

- (60) a. kaʔtu ‘rachar’
 b. kau ‘costurar’
- (61) a. kuʔe ‘ficar em pé (pl.)’
 b. kuwe ‘forúnculo’

De fato, as palavras “iniciadas por vogal” em Mēbengokre podem ser pronunciadas com um [h] ou [fi] inicial na fala cuidadosa. Exploremos a possibilidade de /h/ ser parte do sistema fonológico da língua. Isso não afeta a essência da nossa análise; apenas a torna um pouco mais concreta. Se reconhecermos o “segmento \emptyset ” dos exemplos precedentes como o reflexo de um segmento /h/ subjacente, aumentamos o número de segmentos no sistema fonológico da língua, mas aproximamo-nos mais das línguas relacionadas, além de eliminar da fonologia do Mēbengokre um tipo silábico, que é raro em sílaba tônica em várias outras línguas da família: V(C), sem ataque.

O segmento /h/, se existe, tem uma distribuição comparável à de /ʔ/: só aparece em início de palavra ou em posição intervocálica, e nunca em encontros consonantais iniciais ou mediais. Sujeito a certas condições prosódicas, tanto /h/ quanto /ʔ/ em início de palavra podem ser apagados para permitir a ressilabificação de um segmento consonantal no final de palavra precedente.

Com este novo fonema no sistema fonológico do Mēbengokre, podemos propor que o prefixo de terceira pessoa em Mēbengokre é simplesmente {h-}. Lembremos que na nossa explicação do caso mais “simples” de alternâncias iniciais, i.e., os exemplos (33) e (34), aplicada ao Mēbengokre em (56), lançamos mão de restrições sobre o tipo de sequências de segmentos que podiam aparecer em ataque silábico nas línguas Jê, em particular da restrição de não ser possível ter uma sequência de segmentos coronais. No entanto, se em Mēbengokre temos um simples {h-}, não nos é possível invocar essa restrição.

Porém é possível que estejamos diante de um outro tipo de restrição sobre sequências de segmentos em ataque silábico. Já observamos acima que em Mēbengokre não são permitidos ataques complexos com o segmento /ʔ/. Ao introduzir o segmento /h/ no sistema fonológico da língua afirmamos que ele teria uma distribuição similar a /ʔ/. Portanto, não seria muito forçado propor que a concatenação de um segmento glotal e uma semivogal, ao resultar numa sequência que não ocorre na língua, provoca o apagamento da segunda. Se assim for, além da interação entre {h-} e /j/ inicial, esperaríamos algum tipo de interação entre o prefixo {h-} e os temas iniciados em /w/. De fato, tal proposição abre uma janela interessante sobre a morfofonologia dos temas iniciados em /pu/.

6.6. Fortalecimento de /w/

Voltemos ao processo de aférese de /p/. Os temas que sofrem este processo não são uma classe homogênea, mas o caso de /puma/ é de longe o mais geral.

(62)	1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa	tema	
	ipuma	apuma	uma	puma	‘temer’
	ipudzu	apudzu	udzu	pudzu	‘esconder’
	ipumũ	apumũ	omũ	pumũ	‘ver’

De fato, Callow (1962) sugere que em palavras como /pudzu/, a primeira vogal é subjacentemente /u/, mas é arredondada sobre a influência da vogal seguinte (que é acentuada), o que deixaria apenas /omũ/ com uma exceção léxica única.

O que proporemos aqui é que o [p] inicial destas palavras não é um /p/ qualquer, senão que é um reflexo de um /w/ subjacente. O argumento que apresentamos baseia-se principalmente em certas assimetrias que observamos no sistema fonológico do Mëbengokre.

Começamos pela distribuição da semivogal /w/ em Mëbengokre. Apesar dos exemplos serem relativamente poucos, existem itens no léxico com /w/ diante de quase todas as vogais:²⁶

(63)	a.	wewɛ	‘borboleta’
	b.	kawa	‘pilão’
	c.	wore	‘pati (Astrocaryum sp.)’
	d.	were	‘forúnculo’

No entanto, há uma generalização bastante sólida que nos interessa em particular: nunca se encontra /w/ diante de vogais posteriores altas, precisamente aquelas diante das quais temos o processo morfofonológico de aférese de /p/:

(64)	a.	*(C)wu
	b.	*(C)wu

Identificamos estas restrições já em Salanova (2001), sem fazer qualquer ligação com o fenômeno de aférese que tratamos aqui. Uma restrição similar aplica a sequências *(C)ji.

²⁶ A primeira vista, a maioria das palavras que contêm /w/ em posição inicial de sílaba em Mëbengokre parecem ser empréstimos ou onomatopeias. Isto pode ser significativo diante da hipótese histórica de Riberio (2006), em que o *w do Proto-Jê tem como reflexo em Mëbengokre a oclusiva bilabial /b/. Se acrescentarmos a isto que o contraste entre /b/ e /p/ não é robusto em posição átona em Mëbengokre, não seria implausível propor que *w seria /p/ em sílabas átonas, como as que vimos acima, e /b/ em sílabas tônicas, nas quais ainda há um contraste sincrônico robusto com /p/, que descenderia de *p. Nesta seção temos o objetivo relativamente mais modesto de propor uma regra sincrônica que se limita a ocorrer unicamente diante de certas vogais. A análise que propomos para as alternâncias iniciais das palavras começadas em /pu/ receberia um apoio importante se a hipótese diacrônica respeito de /w/ for confirmada.

Tendo em vista essa assimetria do sistema fonológico, não há nada que nos impeça dizer que a representação subjacente de [puma] é /wuma/, e propor uma regra de fortalecimento de /w/ diante de vogais posteriores altas.²⁷ Pretedemos que a análise que é propiciada por tal abstração justifique mantê-la.

Por outro lado, o [w] é frequente em encontros consonantais em Mëbengokre, de fato, muito mais frequente ali do que em início de sílaba. As palavras seguintes são de uso comum, e em ao menos alguns casos fazem parte do vocabulário reconstruído para a família Jê:

- (65)
- | | | |
|----|--------|------------|
| a. | dʒwa | ‘dente’ |
| b. | nwɣn | ‘caramujo’ |
| c. | kwɣr | ‘mandioca’ |
| d. | kɔjkwa | ‘céu’ |
| e. | twɣm | ‘gordura’ |
| f. | kwũŋ | ‘quebrar’ |

Seria razoável supor, se há uma regra de fortalecimento de /w/, que ela seria bloqueada em encontros consonantais. Em particular, ela seria bloqueada quando um {h-} é prefixado a uma palavra iniciada em /w/. O que acontece nestes casos? Ora, no final da seção anterior supomos que uma sequência de /h/ mais a semivogal /j/ resultaria na queda da segunda. Propomos que isto acontece também em sequências de /h/ mais a semivogal /w/. Note-se que, ao apagar o /w/, a vogal /u/ que segue resulta arredondada. Não nos ocuparemos desta “persistência” do arredondamento de /w/ aqui. Lembramos também que o segmento /h/ inicial só é pronunciado na fala cuidadosa:

- (66)
- | | | |
|---------------------|----------|--------|
| | /h+wuma/ | /wuma/ |
| Prefixação | hwuma | ----- |
| Fortalecimento | ----- | puma |
| Reparação de ataque | huma | ----- |
| Forma superficial | [(h)uma] | [puma] |

Dada a regra de fortalecimento, esperaríamos que existissem tanto palavras que têm um /p/ subjacente quanto palavras que têm um /w/ subjacente que se transforma em [p] por dita regra. O segmento /p/, de fato, ocorre diante de todo tipo de vogais:

- (67)
- | | | |
|----|----|-----------|
| a. | pa | ‘braço’ |
| b. | pɔ | ‘taquara’ |
| c. | pu | ‘urucum’ |
| d. | pu | ‘cano’ |

²⁷ Não é crucial aqui decidir se existe contraste entre /u/ e /u/ nessa posição ou se trata-se de uma alofonia condicionada pela vogal seguinte, como propõe Callow (op. cit.).

Se este contraste entre /p/ e /w/ existe na forma subjacente, esperaríamos dois comportamentos diferentes nos temas iniciados em [pu] ou [pu]: enquanto que os que têm /wuu/ como representação subjacente alternariam quando flexionados na terceira pessoa em decorrência dos processos propostos em (66), os que têm /p/ na forma subjacente não sofreriam a alternância morfofonológica. De fato, esse último é o caso de /punu/ ‘ruim’, que contrastamos aqui com /wuma/:

- (68) a. i-punu
l-ruim
‘sou ruim’
- b. kabën punu
fala ruim
‘a fala é ruim’
- c. punu
ruim
‘ele é ruim’
- (69) a. i-puma
l-medonho
‘sou medonho’
- b. rɔp puma
cachorro medonho
‘o cachorro é medonho’
- c. uma
medonho
‘ele é medonho’

O quadro abaixo resume o que ocorre com ambos os tipos de temas:

(70)	/h+wuma/	/wuma/	/punu/	/h+punu/
Prefixação	hwuma	-----	-----	hpunu
Fortalecimento	-----	puma	-----	-----
Reparação de ataque	huma	-----	-----	punu
Forma superficial	[(h)uma]	[puma]	[punu]	[punu]

Com isso, unificamos os dois principais processos morfofonológicos que afetam palavras variáveis em Timbira e em Mëbengokre, i.e., aquele que afeta os temas iniciados em /j/, e aquele iniciados em /p/. Em resumo, a análise é esta: as palavras que sofrem alternâncias iniciais são todas as palavras flexionáveis que começam subjacentemente por semivogais, /j/ e /w/. O prefixo de pessoa é {h-}. As sequências /hw/ e /hj/ são obrigatoriamente simplificadas, pois são proibidas na língua. Esta simplificação resulta em uma aférese aparente.

Quando uma palavra flexionável começa por uma oclusiva, uma simplificação ocorre, mas em sentido contrário à simplificação de /hj/ e /hw/: em sequências /hC/, tais como /hk/, /hn/, /ht/, o segmento oclusivo “ganha”. De fato, como antecipamos ao introduzir as regras de reparação, acreditamos que elas se desdobram em uma regra que aplica a sequências de sonoridade ascendente (/hj/, etc.) e uma regra que aplica a sequências de sonoridade descendente (/hk/, /hn/, etc.). Em Timbira, estas duas regras têm que aplicar de maneira separada, já que nesta língua, e provavelmente também em Apinayé e Panará, a simplificação de sequências de ataque interage com uma regra de prótese de /i/ que “resgata” um /h/ que ocorre diante de um segmento consonantal. Tal regra não existe em Mëbengokre, o que resulta em temas invariáveis. Em forma de quadro, teríamos o seguinte:

(71) Mëbengokre

	Temas em /w/		Temas em /j/		Temas invariáveis	
	/h+wuma/	/wuma/	/h+jamak/	/jamak/	/h+kra/	/kra/
Prefixação	hwuma	-----	hjamak	-----	hkra	-----
Fortalecimento	-----	puma	-----	-----	-----	-----
Reparação	huma	-----	hamak	-----	kra	-----
Forma superficial	[(h)uma]	[puma]	[(h)amak]	[jamak]	[kra]	[kra]

(72) Timbira

	Temas em /w/		Temas em /j/		Temas em obstruente	
	/h+wupūn/	/wupūn/	/h+japak/	/japak/	/h+kra/	/kra/
Prefixação	hwupūn	-----	hjapak	-----	hkra	-----
Fortalecimento	-----	pupūn	-----	-----	-----	-----
Reparação ascendente	hupūn	-----	hapak	-----	-----	-----
Prótese opcional	-----	-----	-----	-----	ihkra, hkra	-----
Reparação descendente	-----	-----	-----	-----	ihkra, kra	-----
Forma superficial	[hɔpūn]	[pupūn]	[hapak]	[japak]	[ih ^h kra, k ^h ra]	[k ^h ra]

Este quadro dá conta de boa parte do que ocorre em Mëbengokre e Timbira. Porém, como notamos acima, a aférese afeta não só as duas semivogais, mas também dois outros segmentos palatais do Mëbengokre, isto é /dʒ/ e /ɲ/.²⁸ A restrição que propomos para explicar a aférese de /j/ e /w/ não seria aplicável a esses casos sem uma série de estipulações que, nesta altura, pareceriam sumamente arbitrárias. Porém, assim como no caso do /p/, que supomos derivado de /w/ por uma regra de fortalecimento, podemos explorar a ideia de o /dʒ/ e o /ɲ/ serem também derivados de /j/ por uma regra do mesmo tipo, mesmo que, essa sim, claramente diacrônica.

²⁸ A pesar de /tʃ/ também fazer parte do sistema fonológico do Mëbengokre, não encontramos nenhum tema em que ele está sujeito a aférese. Este segmento é extremamente raro na língua. Cf. a nota 6.

6.7. Fortalecimento de /j/

O sistema fonológico do Mëbengokre apresentado por Stout e Thomson (1974) é aparentemente simétrico:²⁹

(73)	Labial	Alveolar	Palatal	Velar	Glotal
Oclusivas surdas	p	t	tʃ	k	ʔ
Oclusivas sonoras	b	d	dʒ	g	
Oclusivas nasais	m	n	ɲ	ŋ	
Contínuas	w	r	j		

De fato, o contraste entre oclusivas surdas e sonoras, exclusivo ao Mëbengokre entre as línguas Jê, é de baixíssima produtividade: /d/ é um segmento praticamente inexistente, enquanto que /tʃ/ é raríssimo. /g/ é comum em palavras de função (que são átonas), mas raro em palavras de conteúdo.³⁰ Entretanto, /b/ e /dʒ/ são tão comuns quanto as oclusivas surdas /p, t, k/. Chama a atenção que as únicas oclusivas vozeadas realmente comuns são as que correspondem ao ponto de articulação das semivogais existentes na língua.³¹

Com base no argumento de simetria do sistema fonológico que ensaiamos para a fortificação de /w/, seria possível propor que /dʒ/ e /ɲ/ são segmentos que resultam do fortalecimento de /j/ em alguns contextos? Tentemos.

²⁹ Nas nossas transcrições, transcrevemos a vibrante simples como /r/, para simplificar a tipografia.

³⁰ Como em Apinayé, língua na qual não existe o contraste entre oclusivas surdas e sonoras, a ocorrência em palavras de função (átonas) versus palavras de conteúdo (acentuadas) é um dos fatores determinantes da aparição de oclusivas vozeadas versus surdas. Diacronicamente, podemos atribuir o aparecimento de contraste entre oclusivas surdas e sonoras em Mëbengokre a este fator e ao processo de fortalecimento, que tematizamos nesta seção. Notamos de passagem que Oliveira (2005), ao não dar importância, na escolha de pares mínimos, à diferença entre palavras de função e palavras de conteúdo, chega a uma análise do sistema fonológico do Apinayé em que haveria contraste entre oclusivas surdas e sonoras (pré-nasalizadas). Acreditamos que a introdução desse contraste na análise fonológica do Apinayé não se justifica.

³¹ A pesar de /w/ em Mëbengokre se pronunciar normalmente como uma semivogal labiovelar, sua pronúncia diante de vogais anteriores, principalmente nos falantes mais idosos, é de uma aproximante puramente labial. Isso, associado ao fato de que ela se comporta como labial (e não labial mais velar) no que diz respeito às restrições sobre sequências de segmentos, sugere sua representação correta ser labial. Também é sugestivo que o /w/ se transforme em [p] no processo de fortificação postulado acima. Em Apinayé esse segmento é uma fricativa labiodental.

De fato, a distribuição das consoantes palatais /j/, /ɲ/ e /dʒ/ é quase complementar em Mëbengokre:³² como /w/, que é rara em início de temas, /j/ é rara em ataque de sílabas tônicas. No ataque de sílabas átonas, tanto /dʒ/ quanto /j/ ocorrem, mas a segunda só ocorre diante de /a/, enquanto que a primeira ocorre diante todas as demais vogais orais. Por outro lado, /ɲ/ ocorre sempre diante de vogais nasais. Esse último fato é parcialmente ocultado pelo fato de a vogal /i/ sofrer normalmente desnasalização em posição átona.

As únicas exceções a essa distribuição, salvo variantes com acento frasal de palavras de função normalmente átonas, são as seguintes: entre as palavras invariáveis, /jʌt/ ‘batata doce’; entre as palavras variáveis, /jej/ ‘carga’, /jet/ ‘pendurar’, e talvez /jãm/ ‘queixo’.

Vejamus então como seriam as derivações se houver uma regra de fortalecimento de /j/, semelhante à regra de fortalecimento de /w/ apresentada acima, que produza /dʒ/ ou /ɲ/ a partir de /j/ em certos contextos:

(74)

	/h+jʌt/	/jʌt/	/h+jĩkra/	/jĩkra/
Prefixação	hʌt	-----	hĩkra	-----
Fortalecimento	-----	dʒʌt	-----	ɲĩkra
Reparação de ataque	hʌt	-----	hĩkra	-----
Outras operações	-----	-----	hikra	ɲikra
Forma superficial	[(h)ʌtʌ]	[dʒʌtʌ]	[(h)ikra]	[ɲikra]

Esse é o mesmo padrão que nos restava explicar em Timbira. Com isso damos por concluída a análise da morfofonologia dos prefixos de terceira pessoa nas línguas Jê setentrionais.

³² Em Salanova (2004), argumentamos que a ocorrência de /j/, /p/, /dʒ/ e /ɲ/ inicial não é predizível a partir do ambiente, com base nos seguintes contrastes:

- | | | | |
|----|--------|------|-----------|
| a. | dʒa | a | ‘maniva’ |
| b. | jaka | aka | ‘branco’ |
| c. | amɣ | amɣ | ‘abraçar’ |
| d. | dʒir | ir | ‘por’ |
| e. | ɲirej | irej | ‘dividir’ |
| f. | dʒumar | umar | ‘escutar’ |
| g. | ɲuma | uma | ‘temer’ |

De fato, o contraste entre /p/ inicial, (g), a ausência de alternância, (c), e uma das palatais, como nos demais exemplos, não é predizível. Porém, a escolha entre as diferentes palatais é previsível com base no contexto, como sugere Ferreira (1995).

Tanto a regra de fortalecimento de /j/ quanto a de /w/ têm um caráter moderadamente *ad hoc* em uma análise sincrônica. No entanto, ambas são plausíveis de um ponto de vista diacrônico. Já Davis (op. cit.), propõe uma única consoante *j como reconstrução de todas as consoantes palatais, e E. Ribeiro (2006 e c.p. de 10/2007) observa de maneira explícita que a distinção entre diversos tipos de consoantes palatais é uma inovação nas línguas Jê setentrionais. Com respeito às bilabiais, já mencionamos acima que Ribeiro (op. cit.) propõe *w como reconstrução de uma parte das oclusivas bilabiais das línguas atuais. As correspondências relevantes podem ser sintetizadas da maneira seguinte:³³

(75)	Apinayé	Mëbengokre	Kĩsêdjê	Timbira	Panará	Proto-Jê
	p	b	p	p	p	*w
	p	p	hw	p	p	*p
	j/ç	j/ç	j/t	j/ç	j	*j
	ø	(h)	s	h	s	*z

Em síntese, o comportamento especial em início de temas corresponderia, ao menos na diacronia, aos temas iniciados historicamente por semivogais, e somente a esses. Isto é, trata-se de uma classe natural de segmentos, que sofrem um mesmo processo fonológico de reparação de certos encontros consonantais em ataques silábicos, ao receberem um prefixo que pode ser {h-}, em Timbira e Mëbengokre (dada nossa reanálise do sistema fonológico), {s-}, em Panará, ou {ð-} em Xokleng.

7. CONSEQUÊNCIAS PARA A ANÁLISE DIACRÔNICA

Finalmente, temos que dizer algo a propósito de quais são as consequências desta análise para o estudo diacrônico das línguas Jê e outras línguas aparentadas. Como é sabido, os “prefixos relacionais”, cuja existência negamos neste trabalho, foram propostos por Rodrigues (2010) como principal evidência de um parentesco entre as línguas Tupi, Jê e Carib. O leitor poderia perguntar-se se ao dizer que os “prefixos relacionais” das línguas Jê fazem parte do tema é automaticamente invalidada qualquer comparação entre línguas que se baseie na noção de “prefixos relacionais”.

³³ Somos conscientes de que uma reconstrução não deve ser interpretada de maneira “substantiva”: de fato, não existem grandes evidências, além dos reflexos de *w e *j nas línguas Jê centrais e meridionais, de que estes segmentos seriam semivogais e não obstruintes. As evidências que teriam que procurar-se são do tipo que exploramos dentro do Mëbengokre: assimetrias no sistema fonológico e na distribuição dos segmentos na sílaba que apontem ao caráter especial dos reflexos destes segmentos nas línguas contemporâneas. Esta é uma questão para pesquisas futuras.

A resposta é *não*, e os motivos disso não deveriam ser difíceis de entender. Voltemos ao quadro apresentado em (13):

(76)	Forma ↓	Análise →	(a)	(b)	(c)
	“isolada”	sakoa	s-akoa	s-(j)akoa	sakoa
	“associada”	jakoa	j-akoa	jakoa	j-(s)akoa

Seja qual for a análise que adotemos, a sequência de segmentos é a mesma. Ao comparar essas formas equivalentes nas demais línguas da família, a divisão de morfemas não deveria afetar as correspondências que se encontram. Se a análise é (a), dir-se-ia que a reconstrução do prefixo relacional de não contiguidade é X, enquanto que a do prefixo relacional de contiguidade é Y; se a análise é (b), dir-se-ia que a reconstrução do prefixo de terceira pessoa é X, enquanto que a reconstrução de /j/ em posição inicial de palavra é Y. Adicionalmente, nesta última análise, seria necessário mostrar que a alternância morfofonológica que ocorre ao prefixar-se o prefixo de terceira pessoa é coerente com o que se sabe sobre a fonologia do Proto-Jê.

No entanto, devemos apontar que, em um sentido relativamente limitado, a nossa análise de fato enfraquece as comparações baseadas nos “prefixos relacionais”. Aquilo que nessa abordagem é uma categoria morfológica autônoma, que pode ter um valor particular para concluir que um certo conjunto de línguas estão relacionadas entre si, é na nossa análise um mero segmento fonológico, sem nenhuma autonomia. O fato de que o prefixo de terceira pessoa mostre semelhanças entre duas famílias linguísticas continua sendo algo relevante para a análise comparativa; porém, uma breve inspeção de descrições gramaticais de línguas de diversos lugares da América revela que são frequentes as semelhanças entre elementos isolados do sistema pronominal de várias delas, sem que isto implique necessariamente um parentesco próximo.³⁴

Como mencionamos acima, fenômenos morfológicos ou morfofonológicos que marcam a integração entre núcleo e seu complemento parecem ser particularmente comuns nas línguas em que os complementos precedem os núcleos. Estes fenômenos não representam uma categoria unificada, e considera-los todos juntos impede que vejamos as particularidades que cada um apresenta, e os vínculos que eles poderiam ter com outras categorias morfológicas.³⁵

³⁴ Por exemplo, {i-} como terceira pessoa ocorre em línguas muscogeanas, penutianas, atabascanas, mataco-mataguayas, guaykurus, e na função de possuidor em Náhuatl clássico.

³⁵ Como exemplo disto, a nossa análise permite propor como hipótese de trabalho que alguns dos prefixos de terceira pessoa ({ti-} e {fi-}) do Kaingang poderiam estar relacionados ao prefixo de terceira pessoa /s-/ reconstruído para as línguas Jê setentrionais. O fato de que em Kaingang não existam “prefixos relacionais” no sentido habitual do termo se explicaria porque, ao conter uma vogal, os prefixos {ti-} e {fi-} não desencadeariam as alternâncias morfofonológicas vistas com outros prefixos de terceira pessoa. Note-se que as “reliquias de prefixos relacionais” em Kaingang de que fala Rodrigues (1999) aparecem sobre palavras que normalmente não recebem flexão, e, por conseguinte pertencem a outra categoria de morfemas, muito provavelmente os “aplicativos nominais” dos que fala Riberiro (2002).

Com respeito ao agrupamento de Macro-Jê, Tupi e Carib proposto por Rodrigues (op.cit.) devemos notar que este, e em particular a inclusão do Carib, não se apoia em muitas evidências além dos próprios “prefixos relacionais”. Tendo em vista que nestes três troncos a ordem que impera é complemento-núcleo, e tendo presente a correlação que há entre esta ordem e a presença dos elementos de ligação, não podemos descartar a possibilidade de que os “prefixos relacionais” sejam um desenvolvimento paralelo nestes três troncos linguísticos. A morfologia de voz, a flexão pronominal de terceira pessoa, e os fenômenos fonológicos que aplicam em juntura prosódica são todos elementos que se aproximam, tanto formal quanto funcionalmente, do que fazem os “prefixos relacionais”, e constituem fontes diacrônicas possíveis do que se observa na superfície em Macro-Jê, Tupi e Carib. Seja qual for a história destes elementos, fica claro para nós que na família Jê os “prefixos relacionais” são um epifenômeno que resulta da interação entre os prefixos de pessoa e as regras fonológicas, e isolá-los como categoria é um equívoco.³⁶

8. CONCLUSÕES

Neste trabalho, mostramos o seguinte: (a) entre os vários processos que se dão na juntura entre um predicado e seu primeiro argumento, alguns são efeitos prosódicos, enquanto que outros são reflexos da concatenação de um prefixo de pessoa; (b) o prefixo aparece na forma “isolada” dos temas, e não na forma “associada” sendo, portanto, o oposto de um “prefixo relacional”, noção cuja aplicabilidade às línguas Jê rejeitamos. Tendo em vista que esse prefixo tem exatamente a mesma distribuição que os prefixos de pessoa (i.e., ocorre com nomes, verbos, e posposições, na posição em que ocorre a flexão), é um contrassenso considerá-lo como uma categoria morfológica distinta da flexão de pessoa; (c) o leque de processos morfofonológicos associados a esse prefixo é reduzível a regras fonológicas relativamente naturais, e que ocorrem em outros lugares da gramática das línguas em questão. No percurso, propomos uma reanálise dos sistemas fonológicos do Timbira e do Mëbengokre, que os torna muito mais comparáveis entre si.

No corpo do texto expressamos algumas ressalvas sobre a validade sincrônica da última parte de nossa análise. Antes de concluir, temos que esclarecer igualmente que a última parte da análise aguarda novos avanços na reconstrução dos estágios anteriores da família linguística para satisfazer as exigências de uma análise propriamente diacrônica.

³⁶ É interessante trazer à tona aqui uma discussão paralela sobre os territórios ancestrais destes três troncos linguísticos. As evidências mais recentes neste respeito (cf. Meira e Franchetto 2005) favorecem uma origem norte-amazônica para o tronco Carib, enquanto que o consenso respeito ao Tupi situa o seu território ancestral na região de Rondônia. Quanto ao Macro-Jê, a região de origem é muito mais incerta, mesmo que Urban (1998), com base em línguas sobre as que só se tem informações exíguas, proponha o nordeste brasileiro como território ancestral. Uma origem mais ocidental para o Macro-Jê é, no entanto, possível dada a recente identificação de algumas línguas do tronco bem ao oeste da família Jê. Isto aproximaria a região ancestral das línguas Macro-Jê àquela das línguas Tupi.

Por outro lado, D. Moore (c.p., 7/2011) nos informa que as evidências para se falar em “prefixos relacionais” não são tão claras em vários ramos do tronco Tupi, em que também deveriam ser considerados parte do tema. A questão de tratar-se ou não de desenvolvimentos independentes fica, portanto, em aberto.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Rosane de Sá (2008). Uma alternativa à hipótese dos prefixos relacionais em Jê: o caso do Pykobjê. In Stella Telles e Aldir Santos de Paula (eds.). *Topicalizando Macro-Jê*, pp. 195-214. Recife: Néctar.
- ALVES, Flávia de Castro (1999). *Aspectos fonológicos do Apãnjekra (Jê)*. Dissertação de Mestrado em Linguística. São Paulo: FFLCH/Universidade de São Paulo.
- _____. (2003). As subclasses de verbos intransitivos em Timbira-Apãniekra. Apresentação feita no *III Encontro Internacional da ABRALIN*, março 2003.
- _____. (2004). *O Timbira falado pelos Canela Apãnjekra*. Tese de Doutorado em Linguística. Campinas, SP.: IEL-UNICAMP.
- BURGESS, Eunice; HAM, Patrícia (1968). Multilevel conditioning of phoneme variants in Apinayé. *Linguistics* 41:5-18.
- CABRAL, Ana Suelly; COSTA, Lucivaldo (2004). Xikrin e línguas Tupi-Guarani: marcas relacionais. *LIAMES* 4:7-19.
- CALLOW, John Campbell (1962). *The Apinayé language: phonology and grammar*. Ph. D. Dissertation in Linguistics. London: University of London.
- CLEMENTS, G. N. (1990). The role of the sonority cycle in core syllabification. In John Kingston; Mary Beckman (eds.). *Papers in Laboratory Phonology 1: Between the Grammar and Physics of Speech*, pp. 283-333. Cambridge: Cambridge University Press.
- DAVIS, Irvien (1966). Comparative Jê Phonology. *Estudos Linguísticos. Revista Brasileira de Linguística Teórica e Aplicada* 1(2): 10-24.
- DOURADO, Luciana (1993). Fenômenos morfofonêmicos em Panará: uma proposta de análise. *Boletim do Museu Paraense "Emílio Goeldi"* 9(2): 199-208.
- _____. (2001). *Aspectos morfossintáticos da língua Panará (Jê)*. Tese de Doutorado em Linguística. Campinas, SP.: IEL-UNICAMP.
- ESTEVA, Adriana (2011). *Morphosyntaxe du xavante*. Tese de Doutorado em Linguística. Universidade Denis Diderot - Paris 7.
- FERREIRA, Marília (1995). *Aspectos da morfossintaxe do sintagma nominal na língua Kayapó*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Brasília: Universidade de Brasília.
- FRANCHETTO, Bruna (2009). Absolutivo e ergativo pensados a partir do Kuikuro. *Amerindia* 32: 37-56.
- HARLEY, Heidi; NOYER, Rolf (1999). Distributed morphology. *Glott International* 4(4): 3-9.
- HENRY, Jules (1948). The Kaingang language. *International Journal of American Linguistics* 14(3): 194-204.
- KROTT, Andrea (1999). Sum: Linking elements in compounds. *Linguist List* 10.1477. Qui. Out. 7, 1999.
- MEIRA, Sérgio; FRANCHETTO Bruna (2005). The Southern Cariban languages and the Cariban Family. *International Journal of American Linguistics* 71(2): 127-192.
- OLIVEIRA, Christiane Cunha de (2005). *The language of the Apinajé people of Central Brazil*. Ph. D. Dissertation. Oregon: University of Oregon.
- POPJES, Jack; POPJES, Jo (1986). Canela-Krahô. In Desmond C. Derbyshire; Geoffrey K. Pullum (eds.). *Handbook of Amazonian Languages*. vol 1, pp. 128-199. Berlin: Mouton de Gruyter.

- REIS SILVA, Maria Amélia (2001). *Pronomes, ordem e ergatividade em Mëbengokre*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Campinas, SP.: IEL-UNICAMP.
- _____; SALANOVA, Andrés Pablo (2000). Verbo y ergatividade escindida em Mëbengokre. In Hein van de Voort; Simon van der Kerke (eds.). *Indigenous languages of Lowland South America*, pp. 225-242. The Netherlands: Universiteit Leiden.
- RIBEIRO, Eduardo Rivail (2002). O marcador de posse alienável em Karirí: um morfema macro-Jê. *LIAMES* 2:31-48.
- _____.(2004) Prefixos relacionais em Jê e Karajá, um estudo histórico-comparativo. *LIAMES* 4:91-101.
- _____.(2006). A reconstruction of Proto-Jê. Apresentado no 52º Congresso Internacional de Americanistas. Sevilla, España.
- RODRIGUES, Aryon Dall'igna (1953). Morfologia do verbo Tupi. *Letras* 1: 121-152.
- _____.(1990). Comments on Greenberg's *Language in the Americas* from a South American angle. Ms. Brasília: Universidade de Brasília.
- _____.(1999). Macro-Jê. In R.M. W. Dixon; Alexandra Y. Aikhenvald (eds.). *The Amazonian Languages*, pp.165-206. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____.(2010). A Case of Affinity Among Tupí, Karíb, and Macro-Jê. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica* 1(1):137-162.
- SALANOVA, Andrés Pablo (2001). *A nasalidade em Mëbengokre e Apinayé: o limite do vozeamento soante*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Campinas, SP.: IEL-UNICAMP.
- _____.(2004). *Subtractive truncation in Mëbengokre*. Ms. Massachusetts Institute of Technology.
- _____.(2007). *Nominalizations and aspect*. Tese de Doutorado em Linguística. Massachusetts Institute of Technology.
- _____.(2008). Uma análise unificada das construções ergativas do Mëbengokre. *Ameríndia* 32:109-134.
- _____.(2009). Não existem prefixos relacionais nas línguas Jê. In Sílvia Lucia Bigonjal Braggio; Sinval Martins de Sousa Filho (orgs.). *Línguas e Culturas Macro-Jê*, pp. 259-271. Goiânia: Gráfica e Editora Vieira.
- _____.(2011a). *La subordinación y la estructura de los sintagmas nominales en Mëbengokre*. Ms.
- _____.(2011b). Reduplication and verbal number in Mëbengokre. In Hein van der Voort; Gale Goodwin Gómez (eds.). *Reduplication in South American Indian Languages*. Leiden: Brill (no prelo).
- _____.(2011c). Relative clauses in Mëbengokre. In Pieter Muysken; Rik van Gijn; Katharina Haude (eds.). *Subordination in Native South American Languages*, pp. 45-78. Amsterdam: John Benjamins.
- SANTOS, Ludoviko C. dos (1997). *Descrição de Aspectos Morfosintáticos da língua Suyá/Kisêdjê (Jê)*. Tese de Doutorado em Linguística. Florianópolis, Santa Catarina: UFSC.
- STOUT, Mickey; THOMSON, Ruth (1974). Fonêmica Txukuhamëi (Kayapó). *Série Linguística* 3:153-176.
- URBAN, Greg (1998). A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In Manuela Carneiro de Cunha (org.). *História dos índios no Brasil*, pp. 87-102. São Paulo: Companhia das Letras.
- WETZELS, Leo (1995). Estrutura silábica e contornos nasais em Kaingáng. In_____.(ed.). *Estudos fonológicos de línguas indígenas brasileiras*, pp. 265-296. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- WIESEMANN, Ursula (1986). The pronominal systems of some Jê and Macro-Jê languages. In_____.(ed.). *Pronominal systems*, pp. 359-380. Tübingen: Gunter Narr Verlag.

Recebido 9/1/2011

1ª. Versão revista 2/6/2011

2ª. Versão revista 10/6/2011

Aceito 30/7/2011.